



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)

1. DADOS GERAIS

1.1 SECRETARIA OU SETOR SOLICITANTE

Secretaria de Infraestrutura e Administração / Coordenadoria de Licitações e Contratos

1.2 RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Carolina Azevedo Guimarães

1.3 DATA: 23 de setembro de 2025

2. OBJETO PROPOSTO

Inscrição do servidor Tiago Oliveira dos Santos no curso on-line: “Execução de Contratos Administrativos na Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações” ministrado pela DPM Educação Ltda, CNPJ 13.021.017/0001-77, nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 2025.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

A capacitação intitulada “*Execução de Contratos Administrativos na Lei Federal nº 14.133/2021*”, promovida pela DPM Educação, é de extrema relevância para o aprimoramento técnico dos servidores da Coordenadoria de Licitações e Contratos do Município de São Jerônimo/RS, considerando que a área é diretamente responsável pela elaboração, formalização, acompanhamento, alteração e encerramento dos contratos administrativos, nos termos da nova Lei de Licitações.

A nova legislação (Lei nº 14.133/2021) introduziu diversas inovações no regime contratual, especialmente quanto às formas de alteração contratual, hipóteses de apostilamento, extinção de contratos, responsabilização dos contratados e aplicação de penalidades, exigindo uma atuação técnica, segura e alinhada aos princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

3.1 MOTIVO DA AQUISIÇÃO OU CONTRATAÇÃO



A participação no curso justifica-se pela necessidade de domínio técnico e normativo sobre todas as fases da execução contratual, desde a assinatura até o recebimento definitivo do objeto, passando por reequilíbrios, aditivos, sanções e eventual extinção do vínculo.

A Coordenadoria de Licitações e Contratos atua diretamente nesses procedimentos, sendo que é responsável pela elaboração dos instrumentos contratuais, termos aditivos e controla os fluxos administrativos.

A capacitação fornecerá embasamento técnico e jurídico imprescindível para a adequada instrução dos processos e para a emissão de pareceres seguros, inclusive diante de fiscalizações do TCE/RS, auditorias ou questionamentos das secretarias demandantes.

4. IMPACTO DA DEMANDA

4.1 CONSEQUÊNCIAS DA NÃO AQUISIÇÃO

A ausência de capacitação poderá gerar insegurança jurídica na análise e condução dos processos administrativos de execução contratual, aumentando o risco de equívocos na formalização de aditivos, aplicação indevida de penalidades, incorreções nos termos de reequilíbrio econômico-financeiro e demais atos que exigem interpretação técnica e jurídica apurada.

Além disso, pode dificultar a conformidade dos atos administrativos com a jurisprudência atualizada do TCE/RS e com os parâmetros exigidos pelas novas diretrizes de governança contratual previstas na Lei nº 14.133/2021, gerando potenciais apontamentos em auditorias e controle externo.

4.2 BENEFÍCIOS ESPERADOS

A participação no treinamento possibilitará o aprimoramento técnico dos servidores da Coordenadoria de Licitações e Contratos, responsáveis pela elaboração dos instrumentos contratuais, garantindo maior segurança na formalização dos atos administrativos relacionados à execução contratual, especialmente no que se refere à correta utilização dos instrumentos de aditamento, apostilamento e demais modificações contratuais permitidas pela Lei Federal nº 14.133/2021.



Município de São Jerônimo/RS

Coordenadoria de Licitações e Contratos

Além de qualificar a atuação dos agentes públicos, a capacitação fortalece a conformidade dos procedimentos com os entendimentos dos tribunais de contas, promovendo a mitigação de riscos jurídicos, o atendimento aos princípios da legalidade, eficiência e controle, e, principalmente, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos em consonância com o interesse público municipal.

5. PRAZOS E CONDIÇÕES

5.1 PRAZO NECESSÁRIO PARA ENTREGA OU EXECUÇÃO

Como se trata de curso, será realizado de forma on-line em data e horário específico, previsto para ser realizado nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 2025, das 13h30 às 17h.

5.2 OUTRAS CONDIÇÕES PARA ENTREGA OU EXECUÇÃO

O curso será ministrado de forma online, com transmissão em tempo real pelo Zoom, nos dias e horários acima mencionados.

6. RECURSOS DISPONÍVEIS

Há disponibilidade de recursos financeiros e dotação orçamentária para a realização do treinamento, cujo custo será de no máximo R\$ 666,00, considerando que o orçamento vigente dispõe de saldo suficiente para a contratação pretendida.

CAROLINA GUIMARÃES

Oficial Administrativo

RAFAEL DOS SANTOS PEREIRA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Administração

Assinantes

- ✓ **CAROLINA AZEVEDO GUIMARAES**
Assinou em 23/09/2025 às 15:27:34 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.061.690-**
Eu, CAROLINA AZEVEDO GUIMARAES, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.
- ✓ **RAFAEL DOS SANTOS PEREIRA**
Assinou em 23/09/2025 às 15:29:32 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.739.860-**
Eu, RAFAEL DOS SANTOS PEREIRA, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

QKO**1KZ****RG1****2E1**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 121/2025

Os campos não obrigatórios não devem ser removidos, caso não sejam analisados no ETP, deve-se justificar a sua ausência, na forma do Art. 18, parágrafo 2º da Lei 14.133/21.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Inscrição do servidor Tiago Oliveira dos Santos, no curso on-line: “Execução de Contratos Administrativos na Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações”, ministrado pela DPM Educação Ltda, CNPJ 13.021.017/0001-77, nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 2025.

Este Estudo não será respondido integralmente porque a contratação é para um serviço técnico especializado de natureza intelectual, destinado ao treinamento de pessoal por uma empresa de notória especialização, o que justifica a inexigibilidade de licitação, conforme o artigo 74 da Lei 14.133/2021. Além disso a contratação é de baixa vultuosidade e caracterizada como serviço de escopo, sem que restem obrigações futuras pela contratada, portanto, apenas os elementos indispensáveis, em observância ao § 2º da Lei 14.133/2021, serão analisados.

1.1 NATUREZA DO OBJETO: COMUM

O objeto não se enquadra como obras ou serviço de engenharia, por definição residual é enquadrado como serviço comum, conforme inciso XIII, art. 6º da Lei 14133/2021.

1.2 BEM OU ARTIGO DE LUXO: NÃO

Por se tratar de serviço, não incide a vedação de adquirir bens de luxo.

1.3 ORIGEM DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: LIVRE

Será utilizada dotação municipal, cujo código reduzido segue em documento anexo.

1.4 INFORMAÇÕES SOBRE O RECURSO VINCULADO:

1.4.1. Qual o convênio e de qual órgão que originou o recurso vinculado?

Não se aplica, pois trata-se de recurso livre.

1.4.2 Ele é uma transferência voluntária? Não

Não se aplica, pois trata-se de recurso livre.

1.4.3 Qual o prazo para prestação de contas?

Não se aplica, pois trata-se de recurso livre.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação do curso “Execução de Contratos Administrativos na Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações” mostra-se necessária para o aperfeiçoamento técnico das servidoras envolvidas na execução administrativa de contratos da Administração Pública, especialmente diante da obrigatoriedade de aplicação integral da nova Lei de Licitações a partir de 2024.

O curso visa capacitar os agentes públicos quanto à formalização correta dos instrumentos contratuais, cláusulas essenciais, garantias, alterações contratuais (inclusive por aditivo e apostilamento), vigência, extinção, pagamentos, procedimentos em caso de inexecução e aplicação de sanções, conforme previsto na Lei 14.133/2021. Estes temas são diretamente aplicáveis à rotina dos servidores responsáveis



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

por acompanhar e formalizar os atos contratuais da Administração, inclusive no assessoramento a gestores e fiscais.

A capacitação contribuirá para a padronização dos procedimentos adotados na execução dos contratos administrativos, para evitar falhas que possam causar prejuízos à Administração Pública e para garantir maior segurança jurídica na tramitação dos processos. Trata-se de medida que reforça o interesse público, considerando o impacto direto que a boa condução contratual tem sobre os serviços públicos prestados.

Além disso, considerando que os contratos administrativos exigem constante tomada de decisões com base nos dispositivos legais, é essencial que os servidores estejam atualizados sobre os entendimentos mais recentes acerca da aplicação da Lei 14.133/2021. A capacitação permitirá que as servidoras compreendam com mais clareza os limites, possibilidades e exigências legais para a formalização de termos aditivos, recebimento do objeto, encerramento contratual e adoção de medidas diante de irregularidades, evitando prejuízos à Administração e contribuindo para a legalidade, eficiência e efetividade dos serviços contratados. A qualificação técnica também auxiliará no repasse seguro de orientações aos demais colegas que atuam como gestores e fiscais de contrato, garantindo uma atuação uniforme, preventiva e alinhada ao interesse público.

2.1. DISPENSA EM RAZÃO DE EMERGÊNCIA: NÃO

Não se aplica.

3. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

O plano de contratação anual ainda não foi implantado no município.

4. QUANTITATIVOS E VALORES TOTAIS E UNITÁRIOS

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSE R	PDM	UN.	QTD .	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
01	Curso / Treinamento Educação - Distância DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: Curso On-line: Execução de Contratos Administrativos na Lei Federal nº 14.133/2021 - Lei de Licitações	19321	-	SER	1	R\$ 666,00	R\$ 666,00

4.1 VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Material:

Serviços: R\$ 666,00

Total: R\$ 666,00

4.2 CUSTOS ADJACENTES À CONTRATAÇÃO

Não serão necessários custos adjacentes para essa contratação.

4.3 JUSTIFICATIVA PARA DEFINIÇÃO DAS QUANTIDADES

A inscrição do servidor no curso, é justificada pela necessidade de capacitar o servidor diretamente envolvido na formalização e execução administrativa dos contratos da Prefeitura de São Jerônimo, especialmente diante das exigências da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

O servidor indicado atua na Coordenadoria de Licitações e Contratos, setor responsável pela análise, elaboração e acompanhamento dos contratos administrativos, além da orientação às secretarias quanto à correta instrução processual. Sua participação no curso garantirá a atualização técnica necessária para aprimorar a condução dos processos de contratação, assegurando maior segurança jurídica, padronização e celeridade nos trâmites.

O conhecimento adquirido será compartilhado com os demais integrantes do setor e secretarias demandantes, multiplicando o aprendizado e gerando benefícios diretos à Administração Pública, com impacto positivo na execução das políticas públicas municipais.

4.4 JUSTIFICATIVA PARA O VALOR DA CONTRATAÇÃO

Por se tratar de um processo de inexigibilidade de licitação, o preço do curso é pré-estabelecido pela empresa contratada, conforme disposto no art. 74 da Lei nº 14.133/2021. No entanto, visando demonstrar a razoabilidade do valor, foi realizada uma pesquisa de preços no site da DPM. A pesquisa evidenciou que a empresa contratada pratica o mesmo valor para cursos de jornada idêntica para outros contratantes, garantindo a coerência da precificação adotada.

Além disso, foram anexadas comprovações adicionais que demonstram a uniformidade dos valores praticados pela empresa em outras contratações similares. Dessa forma, assegura-se que o preço está compatível com o mercado, atendendo aos princípios da economicidade e razoabilidade, sem prejuízo da regularidade do procedimento de inexigibilidade.

4.5 VALOR ESTIMADO SIGILOSO: NÃO

Os valores são públicos.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 REQUISITOS ADICIONAIS PARA OS MATERIAIS A SEREM ADQUIRIDOS: NÃO

Não se aplica.

5.1.1 Justificativa para os Requisitos dos Materiais

Não se aplica.

5.2 REQUISITOS ADICIONAIS PARA OS SERVIÇOS CONTRATADOS: NÃO

Não se aplica, sobretudo pela contratação ser atinente às condições propostas pela contratada.

5.2.1 Justificativa para os Requisitos dos Serviços

Não se aplica.

5.3 DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO

5.3.1 Remover algum documento de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista: Sim

Por se tratar de uma contratação cujo valor total não ultrapassa 1/4 do valor das dispensas de licitação, o art. 70, inciso III, da Lei nº. 14.133/2021 autoriza a dispensa de documentos de habilitação. Assim, serão exigidos os documentos abaixo indicados:

- Comprovante de Inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas;
- Certidão Negativa de Tributos Federais, incluídos os débitos previdenciários;
- Certidão Negativa de Débitos Municipal da sede da Contratada;
- Certidão de Regularidade junto ao FGTS;
- Declaração de que não se emprega menores de idade, art. 7º, XXXIII da CF.

Também deverá ser consultada a regularidade fiscal junto ao Município de São Jerônimo, tendo em vista que não podemos contratar empresas em débito com o Município.

5.3.2 Exigir Balanço Patrimonial ou Certidão Negativa de Falência: Não



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

Não se vislumbra necessidade.

5.3.3 Documentos de Habilitação

5.3.3.1 Profissional registrado em conselho competente e detentor de ART para obra e serviço semelhante: Não

Não se aplica.

5.3.3.2 Atestado de Capacidade Técnica ou Avaliação Cadastral PNCP: Não

Não se aplica.

5.3.3.3 Indicação de Pessoal Técnico, instalações e aparelhos adequados: Não

Não se aplica.

5.3.3.4 Registro da Empresa na Entidade Profissional Competente: Não

Não se aplica.

5.3.3.5 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições do local: Não

Não se aplica.

5.3.3.6 Outros documentos de habilitação previstos em lei específica: Não

Não se aplica.

5.3.3.7 Outros documentos de habilitação indispensáveis para a contratação direta: Não

Não se aplica.

5.4 PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

A Lei 123/2006 não torna obrigatória a contratação de ME/EPP para contratos de inexigibilidade de Licitação, razão pela qual não incide sua aplicação nesta contratação.

5.5 DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS NA ASSINATURA DO CONTRATO

Não se aplica.

6. ALTERNATIVAS DE MERCADO

A DPM Educação é uma instituição especializada na formação e aperfeiçoamento de servidores públicos municipais, com reconhecida atuação no mercado desde 2011. A empresa oferece cursos voltados exclusivamente à realidade da Administração Pública, com foco nas normas e rotinas que regem os municípios, destacando-se pela qualidade técnica de seus materiais e pelo corpo docente qualificado.

A realização do curso “Execução de Contratos Administrativos na Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações” é de responsabilidade da referida instituição, sendo ministrado por profissionais com expertise comprovada em direito público e gestão administrativa municipal, como é o caso da professora Bruna Polizelli Torossian, advogada, especialista em Direito Público e consultora jurídica da Borba, Pause & Perin – Advogados, com atuação direta na consultoria a órgãos da Administração Pública municipal. Sua atuação como docente da DPM Educação reforça a qualidade técnica do curso.

Por se tratar de um conteúdo altamente especializado, direcionado à execução de contratos administrativos sob a égide da nova Lei de Licitações, e considerando que a DPM Educação possui uma metodologia própria voltada exclusivamente à realidade municipal, não foram identificadas no mercado alternativas equivalentes com o mesmo nível de especialização, aplicabilidade prática e experiência consolidada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

Dessa forma, a contratação direta da DPM Educação justifica-se pela notória especialização da empresa, nos termos do art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, sendo inviável a comparação com instituições que não atuam com o mesmo grau de especificidade na capacitação de servidores públicos municipais.

6.1 RAZÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

A contratação direta se justifica pela autorização expressa do artigo 74, inciso III, alínea f da Lei nº 14.133/2021, que permite a inexigibilidade de licitação para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, quando realizados por profissionais ou empresas de notória especialização. No caso, a DPM Educação preenche todos os requisitos de notória especialização, o que torna inviável a competição com outras empresas.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 DISPOSITIVO LEGAL APLICÁVEL

A solução adotada é a contratação direta da DPM Educação para capacitar o servidor público municipal no curso on-line sobre “Execução de Contratos Administrativos na Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações”.

A contratação está amparada pelo artigo 74, inciso III, alínea f da Lei nº 14.133/2021, que prevê a inexigibilidade de licitação para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual prestados por empresas de notória especialização.

7.2. DOS PRAZOS

7.2.1 DE VIGÊNCIA CONTRATUAL: ESCOPO

A contratação se caracteriza como de escopo, pois se trata de um serviço não contínuo, conforme definido no inciso XVII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021. Quanto ao instrumento contratual, apesar da literalidade do artigo 95, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que menciona a possibilidade de substituição do contrato por outros instrumentos apenas em "dispensa de licitação em razão do valor" e "compras com entrega imediata", a interpretação sistemática e finalística da norma permite considerar que, em contratações de baixo valor, como é o caso deste treinamento, é juridicamente possível dispensar o contrato formal.

Diante disso, para esta contratação o instrumento contratual deverá ser substituído pela nota de empenho.

7.2.2 DE ENTREGA:

Não se aplica, pois trata-se de um serviço a ser executado em data específica.

7.2.3 DE EXECUÇÃO:

O curso está previsto para ser realizado nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 2025, das 13h30 às 17h, com transmissão em tempo real pelo zoom.

7.2.4 ENDEREÇO DE EXECUÇÃO:

O curso será realizado no ambiente de trabalho do servidor, na Prefeitura Municipal de São Jerônimo.

7.3 CONDIÇÕES DE ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS.

Não se aplica, visto que se trata de prestação de serviço sem entrega de bens materiais.

7.4 EXECUÇÃO DO SERVIÇO.

O serviço deverá ser executado de acordo com o cronograma estabelecido pela contratada, conforme a programação do curso que segue em anexo. A contratada deverá garantir o cumprimento integral da carga horária e dos conteúdos programados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

7.5 PÓS VENDA E GARANTIA.

Não há garantia contratual aplicável devido à natureza do serviço. Em caso de cancelamento do curso, o valor pago deverá ser devolvido integralmente.

7.6 QUAL A ROTINA DE FISCALIZAÇÃO SERÁ ADOTADA?

A fiscalização será realizada pelos fiscais e gestores designados em Termo de Referência. Eles deverão observar se o curso ocorreu conforme a programação estabelecida, incluindo o cumprimento do cronograma e a carga horária completa. Caso sejam identificadas quaisquer irregularidades, os fiscais devem informar imediatamente ao gestor do contrato, que tomará as medidas necessárias em conformidade com o disposto no Decreto Municipal 5.397/2024.

7.7 EXPECTATIVA DE VIDA DO OBJETO OU DO RESULTADO DO SERVIÇO

O curso é uma atividade pontual, mas espera-se que os conhecimentos adquiridos sejam aplicados continuamente nas atividades diárias do agente.

7.8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada deve prestar o serviço de acordo com a programação e condições estabelecidas, conforme detalhado na oferta anexada.

7.9 OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Não há obrigações pontuais específicas além das descritas nos campos anteriores da descrição da solução como um todo. As demais obrigações contratuais serão detalhadas no Termo de Referência, que será formulado posteriormente.

8. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

8.1 O OBJETO SERÁ DIVIDIDO EM LOTES? NÃO

O curso é unitário e será realizado em uma única ocasião, de modo que a divisão em lotes não é aplicável

8.2 A ENTREGA SERÁ EM PARCELA ÚNICA OU SEGUIRÁ UM CRONOGRAMA?

A prestação do serviço será realizada em data específica, conforme o cronograma estabelecido nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 2025.

8.3 O PAGAMENTO SERÁ INTEGRAL OU PARCELADO? INTEGRAL

O pagamento se dará de forma integral, e será descontado juntamente com o pagamento da mensalidade referente ao contrato de assessoria que o município possui com a empresa Pause & Perin Advogados (contrato 044/2024).

8.4 A AQUISIÇÃO SERÁ POR REGISTRO DE PREÇOS? NÃO

Esta contratação não será realizada por meio de registro de preços, pois se trata de um evento único e específico.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS COM A CONTRATAÇÃO

A participação do servidor no curso “Execução de Contratos Administrativos na Lei Federal nº 14.133/2021” tem como principal objetivo promover o aprimoramento técnico na condução dos atos administrativos relacionados à formalização e execução contratual, assegurando que todos os procedimentos estejam alinhados às exigências da nova legislação.

Considerando que o servidor atua diretamente nos processos de elaboração, análise e acompanhamento de contratos administrativos, a capacitação permitirá a padronização de práticas e a



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

qualificação das rotinas relacionadas a termos aditivos, apostilamentos, prorrogações e encerramentos contratuais.

O conhecimento adquirido será essencial para orientar e apoiar os demais gestores e fiscais da Administração Municipal, contribuindo para a prevenção de falhas formais nos contratos, maior clareza na atuação dos agentes envolvidos, melhoria na comunicação entre os setores e fortalecimento do controle dos atos administrativos, promovendo segurança jurídica e eficiência.

A qualificação do servidor atende ainda ao disposto no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a capacitação continuada dos agentes públicos como condição para o desempenho de suas atribuições, especialmente no que diz respeito à execução contratual. Dessa forma, os resultados esperados abrangem não apenas a melhoria da gestão interna, mas também o atendimento mais célere e eficaz às demandas da população, em consonância com o interesse público.

10. OUTRAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO: NÃO.

Não é necessário a publicação de extrato do edital referente a esta contratação no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial da União.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS

11.1 ESSE OBJETO JÁ FOI CONTRATADO ANTERIORMENTE? SIM

Processo de Inexigibilidade nº 110/2025.

11.2 HÁ PREVISÃO DE CONTRATAR NOVAMENTE ESSES OBJETOS AINDA ESTE ANO? SIM

Há previsão de novas contratações para capacitação dos servidores, dada a rotatividade de pessoal e a necessidade de constante atualização frente às mudanças legislativas.

11.3 SERÁ NECESSÁRIO CONTRATAR OUTRO OBJETO PARA CONSEGUIR USAR ESSA CONTRATAÇÃO EM PLENITUDE? NÃO

Não serão necessárias contratações adicionais.

11.4 ESSA CONTRATAÇÃO IRÁ GERAR A NECESSIDADE DE NOVAS CONTRATAÇÕES? NÃO

Não, esta contratação é pontual e específica para a realização do curso, não gerando a necessidade de novas contratações relacionadas diretamente a esta capacitação.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1 HÁ IMPACTOS AMBIENTAIS IDENTIFICÁVEIS NA CONTRATAÇÃO? NÃO

Não foram identificados impactos ambientais decorrentes da realização do curso.

12.2 FORAM INCLUÍDOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO OBJETIVANDO MENOR IMPACTO AMBIENTAL? NÃO

Como não foram identificados impactos ambientais na realização do curso, não houve a necessidade de incluir requisitos específicos para mitigar impactos ambientais.

12.3 CASO IDENTIFICADOS IMPACTOS, QUAIS MEDIDAS MITIGADORAS DEVERÃO SER ADOTADAS?

Não se aplica, pois não foram identificados impactos ambientais associados a esta contratação.

12.4 O BEM ADQUIRIDO ESTÁ SUBMETIDO A LOGÍSTICA REVERSA? NÃO

Por ser um serviço de capacitação, não há aquisição de bens que exijam logística reversa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

13. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que a contratação da empresa DPM EDUCAÇÃO LTDA, CNPJ 13.021.017/0001-77, para ministrar o curso on-line: “Execução de Contratos Administrativos na Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações”, nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 2025, é a opção mais adequada para atender à necessidade de capacitação do servidor municipal. A contratação será realizada por inexigibilidade de licitação, conforme o Artigo 74, inciso III, alínea f da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a DPM Educação LTDA é uma empresa de notória especialização, reconhecida no mercado pela qualidade de seus serviços técnicos especializados de natureza intelectual.

São Jerônimo, 23 de setembro de 2025.

Carmen Souza Peres

Gestor da Contratação

Chefe de Gabinete

Carolina Guimarães

Fiscal Técnico

Oficial Administrativo

Camila Felten Becker

Fiscal Administrativo

Atendente Administrativo

Rafael dos Santos Pereira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Administração

Assinantes

- ✓ **CAROLINA AZEVEDO GUIMARAES**
Assinou em 23/09/2025 às 16:18:12 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.061.690-**
Eu, CAROLINA AZEVEDO GUIMARAES, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.
- ✓ **RAFAEL DOS SANTOS PEREIRA**
Assinou em 23/09/2025 às 18:17:56 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.739.860-**
Eu, RAFAEL DOS SANTOS PEREIRA, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.
- ✓ **CARMEN SOUZA PERES**
Assinou em 24/09/2025 às 11:09:02 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.653.730-**
Eu, CARMEN SOUZA PERES, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.
- ✓ **CAMILA FELTEN BECKER**
Assinou em 24/09/2025 às 12:07:53 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.170.590-**
Eu, CAMILA FELTEN BECKER, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

VDX**R8E****RZJ****21W**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Inscrição do servidor Tiago Oliveira dos Santos, no curso on-line: “Execução de Contratos Administrativos na Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações”, ministrado pela DPM Educação Ltda, CNPJ 13.021.017/0001-77, nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 2025. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	PDM	UN.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Curso / Treinamento Educação - Distância DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: Curso On-line: Execução de Contratos Administrativos na Lei Federal nº 14.133/2021 - Lei de Licitações	19321	-	SER	1	R\$ 666,00	R\$ 666,00

Total: **R\$ 666,00**

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal n.º 5.238/2022.

1.3. O item objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme definido no artigo 6º, inciso XIII da Lei 14.133/21.

1.4. Os preços acima mencionados deverão contemplar todos os custos direta ou indiretamente relacionados com a perfeita e completa execução da contratação.

1.5. Para esta contratação o instrumento contratual poderá ser substituído pela nota de empenho, conforme previsto no Art. 95 da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. Condições gerais

3.1.1. O curso deverá ser ministrado de forma online, conforme programação estabelecida pela DPM Educação LTDA, garantindo a completa execução do conteúdo descrito.

3.1.2. A contratada deve assegurar que todos os conteúdos programados sejam ministrados dentro da carga horária especificada, sem custos adicionais para o município.

3.2. Local de execução

3.2.1. O curso será realizado no ambiente de trabalho do servidor, na Prefeitura Municipal de São Jerônimo.

3.3. Prazo de execução

3.3.1. O curso está previsto para ser realizado nos dias 10, 11 e 12 de novembro de 2025, das 13h30 às 17h, com transmissão em tempo real pelo zoom.

4. CICLO DE VIDA DO OBJETO E GARANTIA

4.1. Ciclo de vida:

4.1.1. O curso é uma atividade pontual, sendo realizado em data específica e com duração definida de 10h30. O conhecimento adquirido pelo participante deverá ser aplicado continuamente nas atividades diárias de suas funções.

4.2. Garantia:

4.2.1. Não há garantia aplicável, dado que o objeto da contratação é a prestação de um serviço educacional de natureza intelectual.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

5.1. Requisitos de Habilitação:

5.1.1. A contratada deverá apresentar a seguinte documentação referente à Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista:

5.1.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

5.1.1.2. Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e quanto à dívida ativa da união administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa).

5.1.1.3. Certidão Negativa de Débitos Municipal da sede da Contratada;

5.1.1.4. Prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

5.1.1.5. Declaração de que não se emprega menores de idade, art. 7º, XXXIII da CF.

5.1.1.6. Deverá ser consultada a Certidão Negativa de Débitos Municipal junto ao município de São Jerônimo.

5.1.2. Não serão exigidos documentos referentes à qualificação financeira.

5.1.3. Não serão exigidos documentos referentes à qualificação técnica.

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Ao gestor e fiscal da contratação cabem as seguintes atribuições:

6.1.1. Liquidação da despesa.

6.1.2. Autorizar a realização do pagamento devido.

6.1.3. Dar andamento às questões encaminhadas pela fiscalização quando necessário.

6.2. A gestão da contratação ficará a cargo dos seguintes servidores:

6.2.1. A gestão ficará a cargo Chefe de Gabinete, Carmen Souza Peres. Telefone: (51) 99770-2442. E-mail: infraestrutura@saojeronimo.rs.gov.br.

6.2.2. A fiscalização técnica ficará a cargo da servidora, Carolina Guimarães, Oficial Administrativo, Telefone (51) 995852675, Email: licitacoes@saojeronimo.rs.gov.br;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

6.2.3. A fiscalização administrativa ficará a cargo da servidora, Camila Felten Becker, Atendente Administrativo, Telefone: (51) 995852675, Email: licitacoes@saojeronimo.rs.gov.br;

6.2.4. Havendo necessidade serão designados suplentes para os gestores acima definidos.

7. CRITÉRIO DE PAGAMENTO E MEDIÇÃO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, sendo que o pagamento será realizado de modo integral em parcela única.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. Não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará o cumprimento, pela contratada, das exigências dispostas neste Termo de Referência.

7.3. Do recebimento:

7.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 5.397/2024).

7.3.1.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento da Nota Fiscal ou documento equivalente oriunda da contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

7.3.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.3.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.3.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.3.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.6. A Contratada fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.7. A fiscalização não efetuará o atestado da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021).

7.3.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

7.3.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.3.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 dias úteis, contados da data de recebimento da Nota Fiscal ou documento equivalente, pelo gestor do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.3.12. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.3.13. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.3.14. Emitir Termo de Recebimento Definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.3.15. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou documento equivalente, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.3.16. Enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.3.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal ou documento



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

equivalente no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.3.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.3.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.4. Liquidação:

7.4.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança pelos fiscais e gestor do contrato, correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de recebimento definitivo e liquidação na forma deste item.

7.4.2. Para fins de liquidação, os fiscais e gestores devem verificar se a Nota Fiscal (ou documento equivalente) apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.4.2.1. o prazo de validade;

7.4.2.2. a data da emissão;

7.4.2.3. os dados do emissor da nota fiscal serem de mesma titularidade da empresa contratada;

7.4.2.4. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.4.2.5. o período respectivo de execução do contrato;

7.4.2.6. o valor a pagar; e

7.4.2.7. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.4.4. Após o recebimento definitivo e a liquidação a Nota Fiscal ou documento equivalente será encaminhado para pagamento à Coordenadoria de Contabilidade.

7.5. Prazo de pagamento:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

7.5.1 O pagamento do preço referente aos serviços prestados será realizado mediante ordem ao BANRISUL (Banco do Estado do Rio Grande do Sul) no primeiro dia do mês subsequente ao da prestação de serviços.

7.5.2. Quando o pagamento não puder ser realizado na data indicada no item 7.5.1 será efetuado no prazo máximo de até 8 (oito) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal ou documento equivalente na Coordenadoria de Contabilidade.

7.5.3. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração pagará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

7.5.3.1. O atraso de pagamento só será considerado se a Administração der causa ao mesmo;

7.5.3.2. A contagem do prazo para liquidação se inicia com o recebimento da Nota Fiscal ou documento equivalente pelo Fiscal ou Gestor da Contratação.

7.5.3.3. A contagem do prazo para pagamento se inicia com o recebimento da Nota Fiscal ou documento equivalente na Coordenadoria de Contabilidade.

7.6. Forma de pagamento

7.6.1. O pagamento do preço referente aos serviços prestados será realizado mediante ordem ao BANRISUL (Banco do Estado do Rio Grande do Sul) no primeiro dia do mês subsequente ao da prestação de serviços.

7.6.2. Caso não seja possível realizar o pagamento na forma do item 7.6.1 o pagamento será realizado através de transferência bancária em conta corrente, agência e banco indicados pelo contratado na proposta ou na nota fiscal, e ou boleto bancário.

7.6.3. Será considerada data do pagamento o dia em que for realizado o desconto, ou quando constar como emitida a transferência bancária para pagamento.

7.6.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

7.6.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.6.6. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente contratação, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

ENTIDADE: 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO.

ÓRGÃO: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 - ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

PROJ./ATIV.: 2.009 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

52 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - 0500 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA.

9. PENALIDADES

9.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

9.1.1. dar causa à inexecução parcial da contratação;

9.1.2. dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. dar causa à inexecução total da contratação;

9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

9.1.6. não celebrar o da contratação ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da contratação;

9.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 9.1 deste edital as seguintes sanções:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.3. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da contratação com a aplicação cumulada de outras sanções.

9.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada administrativa e judicialmente.

9.6. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.7. Na aplicação da sanção de advertência, o fiscal notificará o contratado das irregularidades identificadas e lhe oportuniza a correção ou a defesa escrita no prazo de 5 dias úteis. Apresentada defesa, o gestor decidirá pela aplicação ou não da sanção, ou poderá ampliar o prazo para correção do problema caso a defesa escrita demonstra a impossibilidade de concluir em 5 dias.

9.8. Na aplicação da sanção de multa o fiscal notificará o contratado, indicando o valor exato da multa e as razões que levaram a sua fixação e dimensionamento, para que efetue o pagamento ou apresente defesa escrita no prazo de 15 dias úteis, contados da intimação. Apresentada defesa, o gestor decidirá pela manutenção da multa, pela redução do valor ou pela sua inaplicabilidade.

9.9. Para aplicação das penas de impedimento de licitar e declaração de inidoneidade será aberto processo de responsabilização, na forma da Lei Municipal 4.117/2022 e art. 158 da Lei 14.133/2021.

9.10. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação. No caso de advertência, o prazo de será reduzido para 5 dias úteis.

9.11. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

9.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.13. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

9.13.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

9.13.2. pagamento da multa;

9.13.3. transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

9.13.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

9.13.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

10. CRITÉRIO DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Deverá ser procedida a contratação direta da empresa DPM Educação LTDA, CNPJ 13.021.017/0001-77, considerando que se trata de inexigibilidade de licitação, com base na singularidade do serviço oferecido, conforme o artigo 74, inciso III, alínea f, da Lei nº 14.133/2021.

São Jerônimo, 23 de setembro de 2025

Carmen Souza Peres

Gestor da Contratação

Chefe de Gabinete

Carolina Guimarães

Fiscal Técnico

Oficial Administrativo



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

Camila Felten Becker

Fiscal Administrativo

Atendente Administrativo

Rafael dos Santos Pereira

Secretário Municipal de Infraestrutura e Administração

Assinantes

- ✓ **CAROLINA AZEVEDO GUIMARAES**
Assinou em 23/09/2025 às 16:21:38 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.061.690-**
Eu, CAROLINA AZEVEDO GUIMARAES, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.
- ✓ **RAFAEL DOS SANTOS PEREIRA**
Assinou em 23/09/2025 às 18:17:56 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.739.860-**
Eu, RAFAEL DOS SANTOS PEREIRA, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.
- ✓ **CARMEN SOUZA PERES**
Assinou em 24/09/2025 às 11:09:04 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.653.730-**
Eu, CARMEN SOUZA PERES, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.
- ✓ **CAMILA FELTEN BECKER**
Assinou em 24/09/2025 às 12:08:06 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.170.590-**
Eu, CAMILA FELTEN BECKER, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

PJ5**YN9****841****6Z3**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

TERMO DE PESQUISA DE PREÇOS

I - DESCRIÇÃO DO OBJETO A SER CONTRATADO:

Inscrição do servidor Tiago Oliveira dos Santos, no curso on-line: “a “Execução de Contratos Administrativos na Lei Federal nº 14.133/2021”, ministrado pela DPM Educação Ltda, CNPJ 13.021.017/0001-77, nos dias 10, 11 e 12 de setembro de 2025.

II - IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA:

A pesquisa foi realizada pela servidora Carolina Guimarães, com base nas informações fornecidas no Documento de Formalização de Demanda (DFD).

III - CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS:

Não foi realizada pesquisa com base em outras contratações públicas, considerando a singularidade do objeto.

Diante disso, anexa-se ao presente termo a proposta nº 032/2025 da empresa DPM Educação, que detalha todos os valores praticados pela futura contratada. Registra-se que, para cursos presenciais 10h30, o valor da inscrição é padronizado, conforme confirmado também por meio de pesquisa no site <https://www.dpmeducacao.com.br/>, cuja página impressa encontra-se anexa ao Termo de Referência (TR)."

IV - SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS:

Foi coletado um único preço, uma vez que, conforme as fontes consultadas, o valor praticado é fixo em R\$ 666,00 para os contratantes, enquadrando-se no conceito estabelecido no art. 5º, inciso II, do Decreto Municipal nº 5.256/2022.

V - MÉTODO ESTATÍSTICO APLICADO PARA DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO:

Por se tratar de um processo de inexigibilidade de licitação, em que o serviço é prestado por fornecedor exclusivo e o preço é único e fixado pela própria contratada, não se aplica a média aritmética. Dessa forma, foi adotado o critério de **preço fixo**, considerando o valor informado pela empresa contratada.

VI - JUSTIFICATIVA PARA METODOLOGIA UTILIZADA E PARA DESCARTE DE VALORES:

Tendo em vista a inexigibilidade de licitação, na qual não há competição e o preço é preestabelecido pelo fornecedor exclusivo, não se faz necessária a aplicação de média aritmética. O valor adotado corresponde ao único preço praticado pela empresa em contratações semelhantes, conforme verificado em pesquisas no próprio site. Dessa forma, o critério utilizado assegura transparência, razoabilidade e conformidade legal, em atendimento ao art. 74 da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO – RS

VII - MEMÓRIA DE CÁLCULO DO VALOR ESTIMADO E DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE:

A pesquisa nos sítios eletrônicos encontra-se em anexo.

VIII - JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DOS FORNECEDORES, NO CASO DA PESQUISA DIRETA DE QUE DISPÕE O INCISO IV DO ART. 5º DESTE REGULAMENTO:

Pela singularidade da contratação, utilizou-se apenas o preço proposto pela DPM Educação Ltda.

São Jerônimo, 23 de setembro de 2025.

Carolina Guimarães

Oficial Administrativo

Assinantes

- ✓ **CAROLINA AZEVEDO GUIMARAES**
Assinou em 23/09/2025 às 16:23:46 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF *****.061.690-****
Eu, CAROLINA AZEVEDO GUIMARAES, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

R2V**QQR****9Q7****V9Y**

 (51) 3027-3400

 (51) 98041-5821

 cursos@dpmeducacao.com.br

 Instagram: dpm.educacao



Curso **EAD AO VIVO** com transmissão em tempo real pelo zoom. No turno que antecede o evento será criado um grupo de whatsapp para envio das informações de acesso.

Para Quem?

Servidores que integram o setor de contratos, que atuam na gestão e fiscalização dos contratos administrativos, secretários, assessores jurídicos, integrantes do controle interno e demais interessados que lidem, direta ou indiretamente, com a execução dos contratos da Administração.

INSCREVA-SE

Apresentação

Data / Horário

Carga Horária

Público-Alvo

Metodologia

Professor(a)

Investimento

Instruções





CENTRAL DO ALUNO

Para acessar

Clique Aqui

HOTÉIS

CONVENIADOS

ACESSE E

SAIBA MAIS

Parceira Acadêmica



CURSO ON-LINE: EXECUÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 - LEI DE LICITAÇÕES



IMPRIMIR

 Apresentação

O curso de Execução de Contratos Administrativos na Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações, oferecido pela DPM Educação, visa orientar os servidores públicos na fiel execução dos contratos pelas partes, especialmente considerando a entrada em vigor da nova legislação, cujo cumprimento se tornou obrigatório apenas em 2024. Consequentemente à publicação da Lei, nascem diversas dúvidas quanto aos novos dispositivos legais, o que acabou por gerar certa insegurança aos servidores responsáveis por operar os contratos administrativos. Assim, trataremos de questões inerentes à formalização dos contratos, seus requisitos, cautelas, hipóteses de alteração de prazos e extinção, procedimentos a serem adotados em caso de inexecução contratual, como a instauração de processo administrativo e a aplicação das penalidades cabíveis, tudo com o fito de a Administração não restar prejudicada com contratos inacabados, e obter êxito na execução total do objeto contratado.

Objetivo: Orientar os servidores públicos na fiel execução dos contratos pelas partes, especialmente considerando a relativamente recente entrada em vigor da nova legislação.

 Público-Alvo

Servidores que integram o setor de contratos, que atuam na gestão e fiscalização dos contratos administrativos, secretários, assessores jurídicos, integrantes do controle interno e demais interessados que lidem, direta ou indiretamente, com a execução dos contratos da Administração.

 Data / Horário

10 de novembro de 2025: das 13h30min às 17h;
11 de novembro de 2025: das 13h30min às 17h;
12 de novembro de 2025: das 13h30min às 17h.

 Carga horária

10h30min.

 Metodologia

Curso ao vivo com **transmissão em tempo real pelo zoom**.

NO TURNO QUE ANTECEDE O CURSO CRIAREMOS GRUPO DE WHATSAPP PARA ENVIO DAS INFORMAÇÕES DE ACESSO.

 Programação

1. DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
- 1.1 Regras de transição

1.2 Definição

1.3 Características

1.4 Assinatura pelo vencedor e pelo remanescente

1.5 O dever de consulta ao CEIS e ao CNEP



- 1.6 Cláusulas necessárias
- 1.7 Publicação do contrato e aditivos
- 1.8 Hipótese de não formalização do contrato

2. QUESTÕES INERENTES À FORMALIZAÇÃO

- 2.1 Garantias: modalidades
- 2.2 Matriz de alocação de riscos
- 2.3 Prazos de vigência dos contratos
 - 2.3.1 Serviços e fornecimentos contínuos
 - 2.3.2 Por prazo indeterminado
 - 2.3.3 Por escopo
- 2.3.4 Sistemas estruturantes de TI

3. CAUTELAS E REQUISITOS DO CONTRATO

- 3.1 Impedimento, paralisação e suspensão
- 3.2 Reserva de cargos
- 3.3 O dever de fiscalização
- 3.4 Fiscal de contrato e seus requisitos
- 3.5 Obrigações e responsabilidades das partes
- 3.6 Responsabilidade quanto às obrigações trabalhistas
- 3.7 Serviços com dedicação exclusiva de mão de obra
- 3.8 Subcontratação de parte do objeto

4. ATOS INERENTES À EXECUÇÃO

- 4.1 Alteração dos contratos
- 4.2 Vedação de transfiguração do objeto
- 4.3 Reequilíbrio econômico-financeiro
- 4.4 Repactuação dos contratos
- 4.5 Hipóteses de apostilamento
- 4.6 Extinção contratual
- 4.7 Recebimento do objeto
- 4.8 Pagamento ordinário e antecipado

5. DAS IRREGULARIDADES CONTRATUAIS

- 5.1 Nulidade dos contratos
- 5.2 Inexecução contratual
- 5.3 Infrações administrativas
- 5.4 Sanções e suas aplicações
- 5.5 Linhas de defesa
- 5.6 Crimes em contratos administrativos

INSCREVA-SE

 Professor(a)

Bruna Polizelli Torossian - Advogada, Especialista em Direito Público, Coordenadora Jurídica da Pause & Perin Advogados e Professora da DPM Educação.




[CURRÍCULO](#)

 Investimento

ENTES PÚBLICOS COM contrato de consultoria com a Pause & Perin - Advogados Associados (DPM)	
Valores para pagamento JUNTAMENTE COM A MENSALIDADE	VALOR BRUTO PARA EMPENHO
  01 a 02 participantes	R\$ 666,00 por participante
 03 ou mais participantes	R\$ 599,40 por participante
Valores para pagamento ANTECIPADO COM DESCONTO somente por transferência/PIX (sem emissão de boleto)	VALOR BRUTO PARA EMPENHO
  01 a 02 participantes	R\$ 626,04 por participante
 03 a ou mais participantes	R\$ 563,44 por participante

ENTES PÚBLICOS SEM contrato de consultoria com a Pause & Perin - Advogados Associados (DPM)	
Valores para pagamento POR BOLETO	VALOR BRUTO PARA EMPENHO
  01 a 02 participantes	R\$ 872,00 por participante
 03 ou mais participantes	R\$ 784,80 por participante
Valores para pagamento ANTECIPADO COM DESCONTO somente por transferência/PIX (sem emissão de boleto)	VALOR BRUTO PARA EMPENHO
  01 a 02 participantes	R\$ 819,68 por participante
 03 a ou mais participantes	R\$ 737,71 por participante



↑ Topo



ATENÇÃO:

PAGAMENTOS POR TRANSFERÊNCIA OU PIX
Deduzir a alíquota de 4,8% de IRRF,
depositando apenas a quantia líquida.

Dados para empenho: DPM Educação Ltda., CNPJ 13.021.017/0001-77

Dados para empenho:
DPM Educação Ltda.,
CNPJ 13.021.017/0001-77

DEMAIS INTERESSADOS	
Valores para pagamento POR TRANSFERÊNCIA OU PIX	VALOR
 01 a 02 participantes	R\$ 1.253,02 por participante
 03 ou mais participantes	R\$ 1.127,72 por participante
Valores para pagamento POR BOLETO BANCÁRIO	VALOR
 01 a 02 participantes	R\$ 1.333,00 por participante
 03 a ou mais participantes	R\$ 1.199,70 por participante



BANCO: BANRISUL (041)
AGÊNCIA: 0100
CONTA: 06.3244830-9



PIX: CNPJ 13021017000177

Solicitamos que logo após o pagamento o respectivo comprovante
seja encaminhado para o e-mail cursos@dpmeducacao.com.br
para fins de imediata emissão da nota fiscal eletrônica.

 Instruções

INSCRIÇÕES

- **WEB:** Clique no botão INSCREVA-SE.
- **E-MAIL:** Encaminhar para cursos@dpmeducacao.com.br mensagem informando município, título do curso desejado, nome completo do(a) inscrito(a) sem abreviaturas, CPF, cargo, e-mail e telefones de contato (profissional e celular).
- **WHATSAPP:** (51) 98041-5821.

REGISTRAMOS QUE, UMA VEZ FEITA A INSCRIÇÃO, PROCEDEREMOS O PROCESSO DE COBRANÇA. PARA TANTO, SEGUEM NOSSOS DADOS PARA EMPENHO E/OU PAGAMENTO POR TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA.

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

Será disponibilizado na central do aluno em até 48h úteis após o término do evento.

Importante: Informamos que atrasos e saídas antecipadas serão computadas e registradas para fins de cálculo do percentual de frequência contemplado no certificado.

IMPORTANTE: No caso do não atingimento do número mínimo de inscritos para viabilidade do evento, este curso poderá ser cancelado até 3 (três) dias úteis antes de sua realização, mediante aviso prévio.

INFORMAÇÕES

Telefone (51) 3027-3400
Whatsapp (51) 98041-5821
E-mail cursos@dpmeducacao.com.br
Site www.dpmeducacao.com.br
Segunda a sexta-feira, no horário das 09h às 17h

ATENÇÃO: VAGAS LIMITADAS



FAÇA PARTE DOS NOSSOS GRUPOS DE WHATSAPP

Clique abaixo, participe dos grupos da DPM Educação e receba nossas novidades

Participar



INSTITUCIONAL

QUEM SOMOS
CORPO DOCENTE
NOSSOS NÚMEROS
CURSOS IN COMPANY
NEWSLETTER
DÚVIDAS FREQUENTES
COMO CHEGAR
HOTÉIS CONVENIADOS
FALE CONOSCO
INFORMAÇÕES GERAIS
POLÍTICA DE PRIVACIDADE
NOTÍCIAS

CURSOS POR ÁREAS

PESQUISAR CURSOS
ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONTABILIDADE PÚBLICA E ORÇAMENTO MUNICIPAL
DIREITOS COLETIVOS E SOCIAIS
GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE CONTROLE MUNICIPAL
GESTÃO DA EDUCAÇÃO / ESPORTE E LAZER
GESTÃO DE PESSOAS / RH
JURÍDICA E CONTENCIOSO MUNICIPAL
LEGISLATIVO MUNICIPAL
LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
MEIO AMBIENTE
PATRIMÔNIO / ALMOXARIFADO / FROTAS
PLANEJAMENTO / OBRAS / URBANISMO
RPPS / PREVIDÊNCIA
SAÚDE
SINDICÂNCIA / PAD / PAE
TRIBUTOS E ARRECADAÇÃO MUNICIPAL

TECNOLOGIAS

CENTRAL DO ALUNO

REDES SOCIAIS



Proposta n.º 032/2025

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2025.

Prezado(a) Sr(a):

1. Em atenção à solicitação recebida do **Município de São Jerônimo**, estamos encaminhando, anexo, a documentação requerida para viabilizar a inscrição de servidores desse Poder em nossos cursos.

2. Para fins de esclarecimento, e para compreensão acerca da origem da empresa DPM Educação Ltda., inscrita no CNPJ sob n.º 13.021.017/0001-77, cumpre-nos informar que sua constituição ocorreu em 2010 (doc. 2), com o objetivo de dar continuidade ao programa de capacitação profissional de servidores públicos desenvolvido em conjunto com as atividades de consultoria jurídica prestada pela empresa Delegações de Prefeituras Municipais Ltda. (DPM)¹, criada em 1966.

3. Em relação ao custo da inscrição, os valores atualmente cobrados para clientes que possuem contrato de consultoria com o escritório Pause & Perin – Advogados Associados, são os seguintes:

CURSOS PRESENCIAIS	
Cursos de até 08 horas	
01 a 02 participantes	R\$ 503,00 cada
03 ou mais participantes	R\$ 452,70 cada
Cursos de 09 a 16 horas	
01 a 02 participantes	R\$ 666,00 cada
03 ou mais participantes	R\$ 599,40 cada
Cursos de 17 a 24 horas	
01 a 02 participantes	R\$ 820,00 cada
03 ou mais participantes	R\$ 738,00 cada

¹ A empresa Delegações de Prefeituras Municipais Ltda. (DPM), em 1º de setembro de 2017, teve modificada sua natureza jurídica para uma sociedade de advogados, com inscrição na OAB/RS sob nº 7.512, e passou a contar com a razão social de Borba, Pause & Perin – Advogados, atualmente Pause & Perin – Advogados Associados.

CURSOS ON-LINE / EAD AO VIVO	
Cursos de até 05 horas	
01 a 02 participantes	R\$ 300,00 cada
03 ou mais participantes	R\$ 270,00 cada
Cursos de 06 a 09 horas	
01 a 02 participantes	R\$ 471,00 cada
03 ou mais participantes	R\$ 423,90 cada
Cursos de 10 a 14 horas	
01 a 02 participantes	R\$ 666,00 cada
03 ou mais participantes	R\$ 599,40 cada

DADOS DE EMPENHO	
DPM EDUCAÇÃO LTDA	CNPJ 13.021.017/0001-77

Dados da empresa:

DPM Educação Ltda., CNPJ 13.021.017/0001-77

Sócia-Diretora Responsável: Dulcelena Peixoto Lenz – CPF 736.460.240-20

Informações adicionais:

Site www.dpmeducacao.com.br

E-mail cursos@dpmeducacao.com.br

Waths 51 98041-5821

Telefone 51 3027-3400 ramais 3302 ou 3304.

Ante ao exposto, diante das razões acima expendidas, e em conformidade com a documentação acostada, a DPM Educação Ltda. está juridicamente apta à prestação dos serviços de treinamento de servidores, podendo ser contratada por inexigibilidade de licitação decorrente de sua notória especialização no segmento.

Atenciosamente,

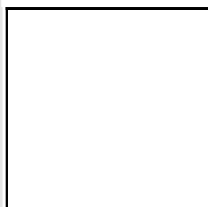
DPM EDUCACAO
 LTDA:130210170
 00177

Assinado de forma digital por
 DPM EDUCACAO
 LTDA:13021017000177
 Dados: 2025.02.05 10:47:52
 -03'00'

DPM Educação Ltda.

De: licitacoes@saojeronimo.rs.gov.br
Enviado em: sexta-feira, 26 de setembro de 2025 11:27
Para: 'Compras - PMSJ'
Assunto: inscrição TIAGO A/C GLADIS ENC: Inscrição feita pelo Site | Treinamento: - -
CURSO EAD AO VIVO

De: DPM Educação <inscricoescursos@dpmeducacao.com.br>
Enviada em: quinta-feira, 18 de setembro de 2025 15:36
Para: DPM Educação <inscricoescursos@dpmeducacao.com.br>
Cc: licitacoes@saojeronimo.rs.gov.br
Assunto: Inscrição feita pelo Site | Treinamento: - - CURSO EAD AO VIVO



CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA DPM EDUCAÇÃO

Site: <https://dpmeducacao.com.br>

Telefone: (51) 3027-3400

WhatsApp: (51) 98041-5821 - (51) 99661-2022

E-mail: cursos@dpmeducacao.com.br

Inscrição realizada com sucesso

Dados do cliente

Município/Cliente: 143 - Prefeitura Municipal de São Jerônimo

Forma de Pagamento: Crédito de ICMS

Dados de Empenho: DPM Educação Ltda., CNPJ nº 13.021.017/0001-77.

Dados do aluno

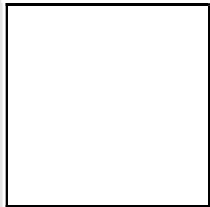
CPF: 019.421.460-51

Nome Completo: Tiago Oliveira dos Santos

Cargo: Oficial Administrativo

Lotação: Coordenadoria de Licitações e Contratos

E-mail: licitacoes@saojeronimo.rs.gov.br



CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA DPM EDUCAÇÃO

Site: <https://dpmeducacao.com.br>

Telefone: (51) 3027-3400

WhatsApp: (51) 98041-5821 - (51) 99661-2022

E-mail: cursos@dpmeducacao.com.br

E-mail Alternativo: licitacoes@saojeronimo.rs.gov.br

Telefone: 5136511744

Telefone Celular: (51) 99796-3791

Dados do curso

Curso: 11224 - CURSO EAD AO VIVO: Curso On-line sobre Execução de Contratos Administrativos na Lei Federal nº 14.133/2021 - Lei de Licitações

Data / Horário: 10 de novembro de 2025: das 13h30min às 17h;
11 de novembro de 2025: das 13h30min às 17h;
12 de novembro de 2025: das 13h30min às 17h.

Local: Curso **EAD AO VIVO** com transmissão em tempo real pelo zoom. No turno que antecede o evento será criado um grupo de *whatsapp* para envio das informações de acesso.

Carga horária: 10h30min.

Informações Gerais:

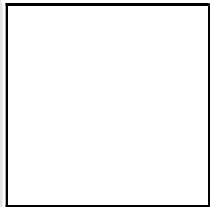
ATENÇÃO: Este é um e-mail automático, dúvidas contatar pelo e-mail indicado acima.

Instruções:

DADOS PARA EMPENHO: DPM EDUCAÇÃO LTDA., CNPJ 13.021.017/0001-77

No turno que antecede o evento será criado o grupo de whatsapp para envio das informações de acesso, bem como enviaremos por e-mail o link e material da aula.

IMPORTANTE: VERIFIQUE A QUALIDADE DE SUA INTERNET, NÃO PODEMOS NOS RESPONSABILIZAR PELO SINAL DE RECEBIMENTO DO EVENTO QUE SERÁ REALIZADO AO VIVO. TESTE suas configurações de conexão, áudio, microfone e câmera (recomendável, mas não é obrigatório possuir webcam) COM BASTANTE ANTECEDÊNCIA.



CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA DPM EDUCAÇÃO

Site: <https://dpmeducacao.com.br>

Telefone: (51) 3027-3400

WhatsApp: (51) 98041-5821 - (51) 99661-2022

E-mail: cursos@dpmeducacao.com.br

CERTIFICADO DE PARTICIPAÇÃO

Será disponibilizado na central do aluno, apenas no formato digital. O acesso será enviado por e-mail em até 48h após a finalização do evento.

Atenção: Informamos que atrasos e saídas antecipadas serão computadas e registradas para fins de cálculo do percentual de frequência contemplado no certificado.

INFORMAÇÕES

Telefone (51) 3027-3400

Whatsapp (51) 98041-5821

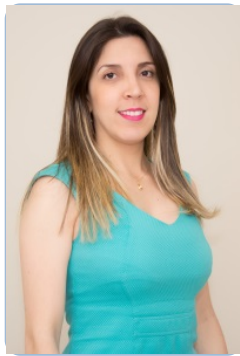
E-mail cursos@dpmeducacao.com.br

Site www.dpmeducacao.com.br

Segunda a sexta-feira, no horário das 09h às 17h



Não contém vírus. www.avast.com



Bruna Polizelli Torossian

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5609337472387859>

ID Lattes: **5609337472387859**

Última atualização do currículo em 06/01/2023

Graduada em Direito pela Universidade Metodista de São Paulo. Pós-graduada em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Advogada e Consultora Jurídica da Borba, Pause & Perin - Advogados, sociedade profissional especializada em consultoria de direito público aos Municípios do Rio Grande do Sul e outros Estados da Federação. Docente integrante do quadro de instrutores técnicos da DPM Educação Ltda., empresa especializada na capacitação e formação de servidores públicos municipais. Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase nas áreas de direito administrativo e constitucional. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Bruna Polizelli Torossian 

Nome em citações bibliográficas

TOROSSIAN, B. P.

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/5609337472387859>

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional

Borba, Pause & Perin - Advogados.
Avenida Pernambuco, 1001
Navegantes
90240004 - Porto Alegre, RS - Brasil
Telefone: (51) 30273400
Ramal: 2202
URL da Homepage:
www.borbapauseperin.adv.br

Formação acadêmica/titulação

2012 - 2013

Especialização em Direito Público. (Carga Horária: 365h).
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil.
Título: Dispensa Licitatória Por Emergência: Aspectos Teóricos e Práticos.
Orientador: Hélio Saul Mileski.

2005 - 2009

Graduação.
Universidade Metodista de São Paulo, UMESP, Brasil.
Título: A Imunidade Tributária no Terceiro Setor.
Orientador: Nelson Trombini Junior.

Formação Complementar

2016 - 2016

Licitacon - Melhorias. (Carga horária: 6h).
ESGC Tribunal de Contas RS, ESGC TCERS, Brasil.

2016 - 2016

A Nova Legislação Eleitoral: Eleições 2016 - Instrutor: Antônio dos Santos. (Carga horária: 8h).
Delegações de Prefeituras Municipais, DPM, Brasil.

2015 - 2015

LICITACON. (Carga horária: 6h).
ESGC Tribunal de Contas RS, ESGC TCERS, Brasil.

2015 - 2015

Ordem Cronológica dos Pagamentos Públicos. (Carga horária: 8h).
ESGC Tribunal de Contas RS, ESGC TCERS, Brasil.

2014 - 2014

Direito Administrativo. (Carga horária: 30h).
OAB - Escola Superior de Advocacia, OAB - ESA, Brasil.

2014 - 2014

Regime Diferenciado das Contratações - RDC. (Carga horária: 20h).
Escola Superior de Direito Municipal, ESDM, Brasil.

2012 - 2012

Licitação Pública - Módulo I (Processamento das Fases Interna e Externa). (Carga horária: 16h). Delegações de Prefeituras Municipais, DPM, Brasil.

2012 - 2012

Licitação Pública - Módulo II (Contratação Direta: Dispensa e Inexigibilidade). (Carga horária: 16h). Delegações de Prefeituras Municipais, DPM, Brasil.

2012 - 2012

Sistema de Registro de Preços. (Carga horária: 8h). Delegações de Prefeituras Municipais, DPM, Brasil.

2012 - 2012

Condutas Vedadas no Ano Eleitoral. (Carga horária: 8h). Delegações de Prefeituras Municipais, DPM, Brasil.

2012 - 2012

Licitação Pública - Módulo III (Execução dos Contratos). (Carga horária: 16h). Delegações de Prefeituras Municipais, DPM, Brasil.

2012 - 2012

Direito de Acesso à Informação: Aspectos Práticos Lei 12.527/2011. (Carga horária: 8h). Delegações de Prefeituras Municipais, DPM, Brasil.

2012 - 2012

Qualificação de Pregoeiro. (Carga horária: 16h). Delegações de Prefeituras Municipais, DPM, Brasil.

2009 - 2009

Curso 140º 1ª Fase da OAB Extensivo. (Carga horária: 154h). Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Rio Grande do Sul, OAB/RS, Brasil.

2008 - 2008

Curso Sobre Revisão Anual. (Carga horária: 40h). Instituto de Ensino Franel, IEF, Brasil.

2008 - 2008

Legislação Penal Especial. (Carga horária: 15h).

2007 - 2007

A Imagem e a Representação do
Profissional do Direito. (Carga horária:
12h).
Universidade Metodista de São Paulo,
UMESP, Brasil.

Atuação Profissional

Borba, Pause & Perin - Advogados, BPP, Brasil.

Vínculo institucional

2017 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento
Funcional: Assessora Jurídica, Carga
horária: 44, Regime: Dedicação exclusiva.

Delegações de Prefeituras Municipais, DPM, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - 2017

Vínculo: Celetista, Enquadramento
Funcional: Assessora Jurídico

Outras informações

Mudança de denominação social para
Borba, Pause & Perin - Advogados.

Kawasaki Advogados Associados, SISCOM, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2010

Vínculo: Celetista, Enquadramento
Funcional: Assistente jurídico, Carga
horária: 44

Residencial São Caetano, RSC, Brasil.

Vínculo institucional

2000 - 2007

Vínculo: Celetista, Enquadramento
Funcional: Assistente administrativo,
Carga horária: 44

DPM Educação Ltda, DPM, Brasil.

Vínculo institucional

2018 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento
Funcional: Professor

Outras informações

Trabalho Intermitente

Revisor de periódico

2015 - 2015

Periódico: LegislaNews

2016 - Atual

Periódico: Revista de Direito Municipal

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito Público.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Licitações e
Contratos Administrativos.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

TOROSSIAN, B. P.. A contratação, por dispensa de licitação, dos serviços de coleta, processamento e comercialização de resíduos recicláveis por catadores de baixa renda. Revista de Direito Municipal, v. 30, p. 23, 2019.

2.

TOROSSIAN, B. P.. O aumento dos valores das modalidades de licitação. Revista de Direito Municipal, v. 1, p. 26-26, 2018.

3.

TOROSSIAN, B. P.. Estudo de Caso - Recomposição do preço de contrato de fornecimento de medicamentos em razão de variação cambial e com base, somente, na apresentação de notas fiscais pelo contratado. Revista de DIREITO MUNICIPAL - Ed. 25, v. 1, p. 17-18, 2018.

4.

TOROSSIAN, B. P.. Aditamento de contrato de obra para execução de passeio público com efeitos retroativos. Revista de DIREITO MUNICIPAL, v. 23, p. 23-24, 2017.

5.

TOROSSIAN, B. P.. Contratação de arbitragem, jurados e fornecimento de premiação em eventos municipais: procedimentos frente à Lei de Licitações. Revista de DIREITO MUNICIPAL, v. 1, p. 27-28, 2017.

6.

TOROSSIAN, B. P.. Estudo de Caso: A impossibilidade de prorrogação de contrato de forma retroativa celebrado no mandato anterior e pelo Prefeito atual. Revista de Direito Municipal, v. 5, p. 29-30, 2017.

7.

TOROSSIAN, B. P.. Contratação do SENAC pelo Município: Inexibibilidade ou Dispensa de Licitação?. Revista de Direito Municipal, v. 1, p. 15-16, 2016.

8.

TOROSSIAN, B. P.. Minuta Contratual X Contrato Administrativo. Revista de Direito Municipal, v. 1, p. 30-30, 2016.

9.

TOROSSIAN, B. P.. Contratação de leiloeiro oficial: o dever de licitar, a inaplicabilidade da modalidade pregão e a forma de remuneração pelo serviço. Revista de DIREITO MUNICIPAL, v. 1, p. 11-12, 2016.

10.

TOROSSIAN, B. P.. Estudo de Caso II: Da Inexistência de Valores a Serem Pagos em Razão de Direitos Autorais à Empresa que Realiza Concurso Público. Legisla News, v. 1, p. 13-14, 2015.

11.

TOROSSIAN, B. P.. O Empréstimo Consignado Contratado por Servidor Público e o Desconto na Folha de Pagamento: como o Poder Público poderá operacionalizá-lo?. LegislaNews, v. 1, p. 13-14, 2015.

12.

TOROSSIAN, B. P.. O Poder Legislativo e a Aplicação de Penalidades nos Contratos Administrativos. Legisla News, v. 1, p. 17-18, 2014.

13.

TOROSSIAN, B. P.. Aditamento Qualitativo e Quantitativo dos Contratos Administrativos: Aspectos Relevantes a Serem Observados pelo Poder Legislativo. Legisla News, v. 1, p. 19-20, 2014.

14.

LEHMEN, J. F. ; **TOROSSIAN, B. P.** . Sistema de Registro de Preços: Breves Considerações. Legisla News, v. 1, p. 20-21, 2014.

1.

TOROSSIAN, B. P... Assessoramento em assuntos relacionados a compras e licitações.. 2018.

2.

TOROSSIAN, B. P... Assessoramento sobre assuntos relacionados a compras e licitações. 2017.

3.

TOROSSIAN, B. P... Assessoramento Técnico em Assuntos referentes a Licitações e Formas de Contratação. 2016.

4.

TOROSSIAN, B. P... Assessoramento Técnico em Assuntos relacionados à Análise de Edital de Software. 2016.

5.

TOROSSIAN, B. P... Assessoramento Técnico para o Departamento de Compras. 2014.

Trabalhos técnicos

1.

TOROSSIAN, B. P.; PERIN, A. M. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 85/2022 ? Decreto Federal nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022. Atualização dos valores previstos na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.. 2022.

2.

PERIN, A. M. ; **TOROSSIAN, B. P.** . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 39/2021 - AQUISIÇÃO DE VACINAS CONTRA A COVID-19 PELOS MUNICÍPIOS.. 2021.

3.

PERIN, A. M. ; **TOROSSIAN, B. P.** . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 34/2021 - Vacinação contra a Covid-19.. 2021.

4.

PERIN, A. M. ; **TOROSSIAN, B. P.** . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 66/2021 - Publicação da Lei Federal nº 14.133.... 2021.

5.

TOROSSIAN, B. P.; PERIN, A. M. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 296/2020 - Lei nº 14.035, de 11 de agosto de 2020.... 2020.

6.

TOROSSIAN, B. P.. Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 168/2020 - LicitaCon e BLM: Criação da classificação ?COVID-19?.... 2020.

7.

TOROSSIAN, B. P.; PERIN, A. M. ; FIN, D. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 163/2020 - Medida Provisória nº 961, de 06 de maio de 2020.... 2020.

8.

TOROSSIAN, B. P.; PERIN, A. M. ; FIN, D. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 140/2020 - Lei de Incentivo à Cultura. Covid-19.... 2020.

9.

TOROSSIAN, B. P.; PERIN, A. M. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 122/2020 - Medida Provisória nº 954, do Poder Executivo.... 2020.

10.

TOROSSIAN, B. P.; PERIN, A. M. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 104/2020 - Portaria nº 9.471, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho.... 2020.

11.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 100/2020 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (Covid-19).... 2020.

12.

TOROSSIAN, B. P.; JANOVIK, A. M. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 039/2020 - Medida Provisória nº 926, de 20 de março de 2020.... 2020.

13.

PERIN, A. M. ; **TOROSSIAN, B. P. .** Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 386/2020 - CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2020.

14.

PERIN, A. M. ; **TOROSSIAN, B. P. .** Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 376/2020 - Decreto Federal nº 10.540, de 5 de novembro de 2020.... 2020.

15.

PERIN, A. M. ; **TOROSSIAN, B. P. .** Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 331/2020 - Lei nº 14.065/2020..... 2020.

16.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 37/2019 - Questionário nº 02/2019: levantamento nacional de obras suspensas e paralisadas. Obrigatoriedade de os jurisdicionados do TCE/RS respondê-lo até 08.03.2019. Determinação expedida através do Ofício Circular DCF nº 05/2019, do TCE/RS.. 2019.

17.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 52/2018 - LicitaCon: Obrigatoriedade de cadastramento a partir de 02.07.2018, dos editais de concursos públicos e de processos seletivos públicos para agente comunitário de saúde ou agente de combate a endemias. Determinação expedida através do Ofício Circular DCF nº 15/2018, do TCE/RS.. 2018.

18.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 57/2018 - Publicado o Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, que ?atualiza os

19.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 24 - Principais obrigações do mês de FEVEREIRO de 2017. 2017.

20.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 29 - Principais obrigações do mês de MARÇO de 2017.. 2017.

21.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 35 - Principais obrigações do mês de ABRIL de 2017. 2017.

22.

TOROSSIAN, B. P.; WALLAU, L. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 41 - Principais obrigações do mês de MAIO de 2017.. 2017.

23.

TOROSSIAN, B. P.; WALLAU, L. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 1 - Principais obrigações do mês de JANEIRO de 2017.. 2017.

24.

TOROSSIAN, B. P.; WALLAU, L. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 49 - Principais obrigações do mês de JUNHO de 2017.. 2017.

25.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 56 - Principais obrigações do mês de JULHO de 2017.. 2017.

26.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 59 - Principais obrigações do mês de AGOSTO de 2017.. 2017.

27.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 69 - Principais obrigações do mês de SETEMBRO de 2017.. 2017.

28.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 69 - Principais obrigações do mês de SETEMBRO de 2017.. 2017.

29.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 73 - Principais obrigações do mês de OUTUBRO de 2017.. 2017.

30.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 80 - Principais obrigações do mês de NOVEMBRO de 2017.. 2017.

31.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 93 - Principais obrigações do mês de DEZEMBRO de 2017.. 2017.

32.

PERIN, A. M. ; **TOROSSIAN, B. P. ;** PUPERI, C. A. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 102 - Publicada a Orientação Técnica do Tribunal de Contas do Estado ? TCE/RS.... 2017.

33.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 21 - Principais Obrigações do Mês de Fevereiro de 2016. 2016.

34.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 31 - Principais Obrigações do Mês de Março de 2016. 2016.

35.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 41 - Principais Obrigações do Mês de Abril de 2016. 2016.

36.

TOROSSIAN, B. P.; PERIN, A. M. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 45 - LicitaCon. 2016.

37.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 47 - Principais Obrigações do Mês de Maio de 2016. 2016.

38.

TOROSSIAN, B. P.; PERIN, A. M. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 49 - LicitaCon. 2016.

39.

TOROSSIAN, B. P.; PERIN, A. M. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 50 - LicitaCon: Publicada a Instrução Normativa nº 06/2016. 2016.

40.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 65 - Principais Obrigações do Mês de Julho de 2016. 2016.

41.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 87 - Principais Obrigações do Mês de Agosto de 2016. 2016.

42.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 95 - Principais Obrigações do Mês de Setembro de 2016. 2016.

43.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 88 - Súmula Vinculante nº 49 STF. 2016.

44.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 104 - Principais obrigações do mês de OUTUBRO de 2016. 2016.

45.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 127 - Principais obrigações do mês de NOVEMBRO de 2016. 2016.

46.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 136 - Principais obrigações do mês de DEZEMBRO de 2016. 2016.

47.

TOROSSIAN, B. P.; PAUSE, J. C. F. . Boletim Técnico Legisla News - A Gestão Municipal em Pauta - Nº 82 - Principais Obrigações do Mês de Julho de 2016. 2016.

Demais tipos de produção técnica

1.

DIEDRICH, A. Z. T. ; **TOROSSIAN, B. P. ;** BACKES, M. . Curso Online: Transporte Escolar. 2022. .

2.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Online: Introdução à Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021): alterações, procedimentos iniciais e aspectos práticos. 2022. .

3.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Online: Aspectos Jurídicos para a Contratação de Manutenção Veicular: Licitação para Aquisição de Peças e Mão de Obra. 2022. .

4.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Online: Dispensa e inexigibilidade de licitação com base na Lei nº 8.666/1993. 2022. .

5.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Online: Dispensa e inexigibilidade na Nova Lei de Licitações (nº 14.133/2021). 2022. .

6.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Online: Dispensa e Inexigibilidade na Nova Lei de Licitações (nº 14.133/2021). 2022. .

7.

TOROSSIAN, B. P.; DIEDRICH, A. Z. T. . Curso Online: O Agente de Contratação da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), a Comissão de Licitação (Lei nº 8.666/1993) e o Pregoeiro (Lei nº 10.520/2002): o processamento das licitações e as atribuições dos agentes em cada legislação. 2022. .

8.

DIEDRICH, A. Z. T. ; **TOROSSIAN, B. P.** . Curso Online: Programa Nacional da Alimentação Escolar - PNAE: conhecendo o Programa, especificando os gêneros, adquirindo os alimentos e prestando contas. 2022. .

9.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Online: O Sistema de Registro de Preços à Luz das Leis nº 8.666/1993 e nº 14.133/2021. 2022. .

10.

OLIVEIRA, V. F. ; **TOROSSIAN, B. P.** . Curso Online: A Aplicação do Processo Administrativo Especial - PAE. 2022. .

11.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Presencial: Introdução à Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021): alterações, procedimentos iniciais e aspectos práticos. 2022. .

12.

13.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Online: Introdução à Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021): alterações, procedimentos iniciais e aspectos práticos. 2022. .

14.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Presencial: Dispensa e Inexigibilidade na Nova Lei de Licitações (nº 14.133/2021). 2022. .

15.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Presencial: Dispensa e Inexigibilidade na Nova Lei de Licitações (nº 14.133/2021). 2022. .

16.

TOROSSIAN, B. P.; DIEDRICH, A. Z. T. . Curso Presencial: O Agente de Contratação da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021). 2022. .

17.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Presencial: Introdução à Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021): Alterações, Procedimentos Iniciais e Aspectos Práticos. 2022. .

18.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Presencial: Dispensa e Inexigibilidade na Nova Lei de Licitações. 2022. .

19.

TOROSSIAN, B. P.; FIN, D. . Curso Presencial: Introdução à Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021): alterações, procedimentos iniciais e aspectos práticos. 2022. .

20.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Presencial: Dispensa e Inexigibilidade na Nova Lei de Licitações (nº 14.133/2021). 2022. .

21.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Presencial: Aspectos Jurídicos para a Contratação de Manutenção Veicular: Licitação para Aquisição de Peças e Mão de Obra. 2022. .

22.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Presencial: Dispensa e inexigibilidade na Nova Lei de Licitações (nº 14.133/2021). 2022. .

23.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Presencial: O Sistema de Registro de Preço à Luz das Leis nº 8.666/1993 e nº 14.133/2021. 2022. .

24.

TOROSSIAN, B. P.; DIEDRICH, A. Z. T. ; PAUSE, J. C. F. . Curso sobre COMO REALIZAR CONCURSO PÚBLICO: o procedimento licitatório, os editais (inscrições, provas, recursos, homologação final, prorrogação, etc), a nomeação dos aprovados e o registro pelo TCE/RS. 2022. .

25.

TOROSSIAN, B. P.; DIEDRICH, A. Z. T. . Curso sobre O Agente de Contratação da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021). 2022. .

26.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre Dispensa e inexigibilidade na Nova Lei de Licitações (nº 14.133/2021). 2022. .

27.

OLIVEIRA, V. F. ; **TOROSSIAN, B. P. .** Curso sobre A APLICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ESPECIAL - PAE. 2022. .

28.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre Aspectos Jurídicos para a Contratação de Manutenção Veicular: Licitação para Aquisição de Peças e Mão de Obra. 2022. .

29.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre Fiscalização de Contratos Administrativos da Lei n. 8.666/1993 (que poderão vigorar até 2028). 2022. .

30.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre Introdução à Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021): alterações, procedimentos iniciais e aspectos práticos. 2022. .

31.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre DISPENSA E INEXIGIBILIDADE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2022. .

32.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre O Planejamento da Contratação com base na Nova Lei de Licitações: do pedido do objeto até a definição pela licitação ou contratação direta. 2022. .

33.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre Introdução à Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021): alterações, procedimentos iniciais e aspectos práticos. 2022. .

34.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre Dispensa e inexigibilidade na Nova Lei de Licitações (nº 14.133/2021). 2022. .

35.

TOROSSIAN, B. P.. Palestra sobre REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO. 2022. .

36.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre O Planejamento da Contratação com base na Nova Lei de Licitações: do pedido do objeto até a definição pela licitação ou contratação direta. 2022. .

37.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre O Planejamento da Contratação com base na Nova Lei de Licitações: do pedido do objeto até a definição pela licitação ou contratação direta. 2022. .

38.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre A APLICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ESPECIAL - PAE. 2022. .

39.

TOROSSIAN, B. P.; DIEDRICH, A. Z. T. . Curso sobre O Agente de Contratação da Nova Lei de Licitações. 2022. .

40.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Online sobre Introdução à Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021): alterações, procedimentos iniciais e aspectos práticos. 2022. .

41.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre Introdução à Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021): alterações, procedimentos iniciais e aspectos práticos. 2022. .

42.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Online sobre Fiscalização de Contratos na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021). 2022. .

43.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre DISPENSA E INEXIGIBILIDADE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2022. .

44.

OLIVEIRA, V. F. ; **TOROSSIAN, B. P. .** Curso sobre A APLICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ESPECIAL - PAE. 2022. .

45.

TOROSSIAN, B. P.. Palestra sobre A APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES (Lei nº 14.133/2021): ASPECTOS DE OBSERVÂNCIA DOS SETORES DE LICITAÇÕES E COMPRAS. 2022. .

46.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre Planejamento das contratações na Nova Lei de Licitações (nº 14.133/2021): aspectos de observância das Secretarias. 2022. .

47.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre Introdução à Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021). 2022. .

48.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre INTRODUÇÃO À NOVA LEI DE LICITAÇÕES (Lei nº 14.133/2021). 2022. .

49.

TOROSSIAN, B. P.; CAMARAN, L. . Curso sobre Introdução à Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021): alterações, procedimentos iniciais e aspectos práticos. 2022. .

50.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre Planejamento das contratações na Nova Lei de Licitações (nº 14.133/21): atos operacionais de observância dos Setores de Licitações e Compras. 2022. .

51.

TOROSSIAN, B. P.; MONETA, M. . Curso sobre Fiscalização de Contratos. 2022. .

52.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre O Planejamento da Contratação com base na Nova Lei de Licitações: do pedido do objeto até a definição pela licitação ou contratação direta. 2022. .

53.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre Introdução à Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021): alterações, procedimentos

iniciais e aspectos práticos. 2022. .

54.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre DISPENSA E INEXIGIBILIDADE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2022. .

55.

DIEDRICH, A. Z. T. ; **TOROSSIAN, B. P.** ; BACKES, M. . Curso sobre TRANSPORTE ESCOLAR. 2022. .

56.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre Introdução à Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021): alterações, procedimentos iniciais e aspectos práticos. 2022. .

57.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre Introdução à Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021): alterações, procedimentos iniciais e aspectos práticos. 2022. .

58.

TOROSSIAN, B. P.; MONETA, M. . Curso sobre Introdução à Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021): alterações, procedimentos iniciais e aspectos práticos. 2022. .

59.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre DISPENSA E INEXIGIBILIDADE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2022. .

60.

TOROSSIAN, B. P.; BOEIRA, F. . Curso sobre Como elaborar o Estudo Técnico Preliminar (ETP) e o Termo de Referência (TR), de acordo com a Nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021). 2022. .

61.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre a Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021). 2022. .

62.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre Dispensa e inexigibilidade na Nova Lei de Licitações (nº 14.133/2021). 2022. .

63.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). 2022. .

64.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre Planejamento das contratações na Nova Lei de Licitações (nº 14.133/2021): aspectos de observância das Secretarias. 2022. .

65.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre ASPECTOS GERAIS SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2022. .

66.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES: ASPECTOS DE OBSERVÂNCIA DAS SECRETARIAS. 2022. .

67.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre Planejamento das contratações na Nova Lei de Licitações (nº 14.133/2021): aspectos de observância das Secretarias. 2022. .

68.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre Introdução à Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021): alterações, procedimentos iniciais e aspectos práticos. 2022. .

69.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre O Planejamento da Contratação com base na Nova Lei de Licitações: do pedido do objeto até a definição pela licitação ou contratação direta. 2022. .

70.

TOROSSIAN, B. P.. Curso sobre O Planejamento da Contratação com base na Nova Lei de Licitações: do pedido do objeto até a definição pela licitação ou contratação direta. 2022. .

71.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Online sobre Licitações e Contratos Administrativos. 2021. .

72.

TOROSSIAN, B. P.; DIAS, C. . Curso Online sobre Licitações e Contratos Administrativos. 2021. .

73.

TOROSSIAN, B. P.; DIAS, C. . Curso Online sobre Licitações e Contratos Administrativos. 2021. .

74.

TOROSSIAN, B. P.; DIAS, C. . Curso Online sobre Licitações e Contratos Administrativos. 2021. .

75.

TOROSSIAN, B. P.. Curso On-line sobre Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio: composição, competência e responsabilidade dos integrantes. 2021. .

76.

TOROSSIAN, B. P.. Curso On-line sobre Licitação Pública - Módulo II: Contratação Direta - Dispensa x Inexigibilidade de Licitação. 2021. .

77.

TOROSSIAN, B. P.; DIAS, C. . Curso On-line sobre Nova Lei de Licitações: O que muda em comparação à Lei nº 8.666/1993?. 2021. .

78.

TOROSSIAN, B. P.; DIAS, C. . Curso On-line sobre Nova Lei de Licitações: O que muda em comparação à Lei nº 8.666/1993?. 2021. .

79.

TOROSSIAN, B. P.; DIAS, C. . Curso On-line sobre Nova Lei de Licitações: O que muda em comparação à Lei nº 8.666/1993?. 2021. .

80.

TOROSSIAN, B. P.; DIAS, C. . Curso On-line sobre Nova Lei de Licitações: O que muda em comparação à Lei nº 8.666/1993?. 2021. .

81.

TOROSSIAN, B. P.; DIAS, C. . Curso On-line sobre Nova Lei de Licitações: O que muda em comparação à Lei nº 8.666/1993?. 2021. .

82.

TOROSSIAN, B. P.; OLIVEIRA, V. F. . Curso Online sobre a Aplicação do Processo Administrativo Especial na Administração Pública - PAE. 2021. .

83.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Presencial: Execução de Contratos Administrativos. 2021. .

84.

DIEDRICH, A. Z. T. ; **TOROSSIAN, B. P. ;** SCHIMITT, S. . Curso Presencial: Programa Nacional da Alimentação Escolar - PNAE: conhecendo o Programa, especificando os gêneros, adquirindo os alimentos e prestando contas. 2021. .

85.

TOROSSIAN, B. P.; DIAS, C. . Curso ao Vivo: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021): tudo o que você precisa saber num curso intensivo. 2021. .

86.

DIEDRICH, A. Z. T. ; **TOROSSIAN, B. P. .** Curso ao Vivo: Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. 2021. .

87.

TOROSSIAN, B. P.; DIAS, C. . Curso ao Vivo: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021): tudo o que você precisa saber num curso intensivo. 2021. .

88.

TOROSSIAN, B. P.; OLIVEIRA, V. F. . Curso ao Vivo: A Aplicação do Processo Administrativo Especial - PAE. 2021. .

89.

TOROSSIAN, B. P.; DIAS, C. . Curso ao Vivo: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021): tudo o que você precisa saber num curso intensivo. 2021. .

90.

TOROSSIAN, B. P.; DIAS, C. . Curso ao Vivo: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021): tudo o que você precisa saber num curso intensivo. 2021. .

91.

TOROSSIAN, B. P.; DIAS, C. . Curso ao Vivo: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021): tudo o que você precisa saber num curso intensivo. 2021. .

92.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Online da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). 2021. .

93.

DIEDRICH, A. Z. T. ; **TOROSSIAN, B. P.** . Curso Presencial: Programa Nacional da Alimentação Escolar - PNAE: conhecendo o Programa, especificando os gêneros, adquirindo os alimentos e prestando contas. 2021. .

94.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Presencial: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). 2021. .

95.

TOROSSIAN, B. P.; DIAS, C. . Curso Presencial: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). 2021. .

96.

TOROSSIAN, B. P. Curso Presencial: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). 2021. .

97.

TOROSSIAN, B. P. Curso Presencial: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). 2021. .

98.

TOROSSIAN, B. P. Curso Presencial: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). 2021. .

99.

TOROSSIAN, B. P. Curso Presencial: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). 2021. .

100.

TOROSSIAN, B. P. Curso Online: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). 2021. .

101.

TOROSSIAN, B. P. Curso sobre Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). 2021. .

102.

OLIVEIRA, V. F. ; **TOROSSIAN, B. P.** . Curso Online: A Aplicação do Processo Administrativo Especial - PAE. 2021. .

103.

TOROSSIAN, B. P. Curso Presencial: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). 2021. .

104.

10
5.

TOROSSIAN, B. P.; DIAS, C. . Curso Presencial: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). 2021. .

10
6.

OLIVEIRA, V. F. ; **TOROSSIAN, B. P.** . Comissão de Licitações, Pregoeiro e Equipe de Apoio: Composição, Competência e Responsabilidade dos Integrantes. 2020. .

10
7.

TOROSSIAN, B. P.. Licitações pelo Sistema de Registro de Preços. 2020. .

10
8.

TOROSSIAN, B. P.. CONVÊNIOS: da Captação de Recursos à Importância do Processo Licitatório (a Nova Plataforma +Brasil, instituída pelo Decreto nº 10.035/2019, e as novidades da Portaria Interm. nº 424/2016, que Regulamenta as Transferências de Recursos Federais. 2020. .

10
9.

TOROSSIAN, B. P.. Aspectos Jurídicos para a Contratação de Manutenção Veicular: Aquisição de Peças e Prestação de Serviços. 2020. .

11
0.

TOROSSIAN, B. P.. A Aplicação do Processo Administrativo Especial na Administração Pública - PAE. 2020. .

11
1.

TOROSSIAN, B. P.. Licitação Pública - Módulo II (Contratação Direta: Dispensa e Inexigibilidade). 2020. .

11
2.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Online sobre LicitaCon em época de pandemia: quais e como as contratações destinadas ao enfrentamento da Covid-19 devem ser cadastradas?. 2020. .

11
3.

TOROSSIAN, B. P.; DIAS, C. . Curso Online sobre Licitação por registro de preços: facilidades da ferramenta, inclusive para o enfrentamento da pandemia.. 2020. .

11
4.

TOROSSIAN, B. P.; DIAS, C. . Curso Online sobre Licitações e Contratos Administrativos. 2020. .

11
5.

TOROSSIAN, B. P.. Licitações e Contratos Administrativos. 2020. .

11
6.

DIEDRICH, A. Z. T. ; JANOVIK, A. M. ; PERIN, A. M. ; **TOROSSIAN, B. P.** ; PAUSE, J. C. F. ; WALLAU, L. ; FLORES, V. L. . Curso Online sobre Jurídica e Contencioso Municipal. 2020. .

11
7.

TOROSSIAN, B. P.. Curso Online sobre o Final de Mandato: Providências Inerentes às Contratações de Bens, Serviços e Obras, e Contratos Administrativos. 2020. .

11
8.

TOROSSIAN, B. P.. Aspectos Jurídicos para a Contratação de Manutenção Veicular: Aquisição de Peças e Prestação de Serviços. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

11
9.

TOROSSIAN, B. P.. LicitaCon: Sistema de Licitações e Contratos a partir da IN do TCE/RS nº 13/2017. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**12
0.**

TOROSSIAN, B. P.; LEHMEN, J. F. . Comissão de Licitações e de Cadastro de Fornecedores, Pregoeiro e Equipe de Apoio: Composição, Competência, Processamento e Responsabilidade dos Integrantes. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**12
1.**

TOROSSIAN, B. P.. Licitações pelo Sistema de Registro de Preços. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**12
2.**

DIEDRICH, A. Z. T. ; **TOROSSIAN, B. P.** ; CASTANHO, S. P. ; OLIVEIRA, V. F. . Como Realizar Concurso Público: Aspectos Essenciais sobre o Procedimento Licitatório, Elaboração do Edital de Abertura das Inscrições, Realização das Provas, Recursos e Nomeação dos Candidatos Aprovados. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**12
3.**

TOROSSIAN, B. P.. Aspectos Jurídicos para a Contratação de Manutenção Veicular: Aquisição de Peças e Prestação de Serviços. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**12
4.**

TOROSSIAN, B. P.. Licitação Pública - Módulo II (Contratação Direta: Dispensa e Inexigibilidade). 2019. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**12
5.**

TOROSSIAN, B. P.; OLIVEIRA, V. F. . A Aplicação do Processo Administrativo Especial na Administração Pública - PAE. 2019. .

**12
6.**

TOROSSIAN, B. P.. Licitação Pública - Módulo II (Contratação Direta: Dispensa e Inexigibilidade). 2019. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**12
7.**

TOROSSIAN, B. P.; LANGE, G. B. . Comissão de Licitações e de Cadastro de Fornecedores, Pregoeiro e Equipe de Apoio: Composição, Competência, Processamento e Responsabilidade dos Integrantes. 2019. .

**12
8.**

TOROSSIAN, B. P.; KERESKI, C. ; NORONHA, T. S. B. . Chamamento Público: Credenciamento para a Contratação de Serviços pelo Art. 25, da Lei de Licitações. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**12
9.**

TOROSSIAN, B. P.. Licitações pelo Sistema de Registro de Preços. 2019. .

**13
0.**

TOROSSIAN, B. P.. Licitação Pública - Módulo II (Contratação Direta: Dispensa e Inexigibilidade). 2019. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**13
1.**

TOROSSIAN, B. P.. Aspectos Jurídicos para a Contratação de Manutenção Veicular: Aquisição de Peças e Prestação de Serviços. 2019. .

**13
2.**

TOROSSIAN, B. P.. A Aplicação do Processo Administrativo Especial na Administração Pública - PAE. 2019. .

**13
3.**

TOROSSIAN, B. P.. Lei de Incentivo à Cultura - A Nova LEI ROUANET (IN 02/2019): Diretrizes para Elaboração de Projeto. 2019. .

13
4.

TOROSSIAN, B. P.. Licitação Pública - Módulo II (Contratação Direta: Dispensa e Inexigibilidade), na Comusa. 2019. .

13
5.

TOROSSIAN, B. P.. LicitaCon: Sistema de Licitações e Contratos a partir da IN do TCE/RS nº 13/2017. 2019. .

13
6.

TOROSSIAN, B. P.. Gestão de Diárias na Administração Pública: Apresentação de Regulamentação Adequada às Exigências dos Órgãos de Fiscalização e Instrução quanto a Procedimentos para Evitar Apontamentos e Ressarcimento de Valores. 2019. .

13
7.

TOROSSIAN, B. P.. Comissão de Licitações e de Cadastro de Fornecedores, Pregoeiro e Equipe de Apoio: Composição, Competência, Processamento e Responsabilidade dos Integrantes. 2019. .

13
8.

TOROSSIAN, B. P.. Licitações pelo Sistema de Registro de Preços. 2019. .

13
9.

TOROSSIAN, B. P.. Projeto Básico e Termo de Referência: Aspectos Jurídicos do Planejamento das Contratações Administrativas. 2019. .

14
0.

TOROSSIAN, B. P.. Fiscalização de Contratos. 2019. .

14
1.

14
2.

TOROSSIAN, B. P.. Aspectos Jurídicos para a Contratação de Manutenção Veicular: Aquisição de Peças e Prestação de Serviços. 2019. .

14
3.

TOROSSIAN, B. P.. Licitação Pública - Módulo II (Contratação Direta: Dispensa e Inexigibilidade). 2019. .

14
4.

TOROSSIAN, B. P.. CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: Planejamento das licitações, dispensa e inexigibilidade, registro de preços, chamamento público e aspectos inerentes à execução contratual, em SANTO ÂNGELO. 2019. .

14
5.

JANOVIK, A. M. ; **TOROSSIAN, B. P.** . Capacitação em Controle Interno - Módulo IV: Negócios Administrativos: Licitações, Contratos, Consórcios, Parcerias e Convênios. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

14
6.

DIEDRICH, A. Z. T. ; **TOROSSIAN, B. P.** . Como Realizar Concurso Público: Aspectos Essenciais sobre o Procedimento Licitatório, Elaboração do Edital de Abertura das Inscrições, Realização das Provas, Recursos e Nomeação dos Candidatos Aprovados. 2019. .

14
7.

PERIN, A. M. ; **TOROSSIAN, B. P.** ; GAY, D. C. ; BRAGA, M. B. O. . Encontro sobre o Projeto da Nova Lei Geral de Licitações e Contratações. 2019. .

14
8.

PERIN, A. M. ; **TOROSSIAN, B. P.** ; GAY, D. C. ; BRAGA, M. B. O. . Encontro sobre o Projeto da Nova Lei Geral de Licitações e

**14
9.**

TOROSSIAN, B. P.; NORONHA, T. S. B. . Chamamento Público: Credenciamento para a Contratação de Serviços pelo Art. 25, da Lei de Licitações. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**15
0.**

TOROSSIAN, B. P.. Licitação Pública - Módulo II (Contratação Direta: Dispensa e Inexigibilidade). 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**15
1.**

TOROSSIAN, B. P.. Sistema de Registro de Preços. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**15
2.**

TOROSSIAN, B. P.; LANGE, G. B. . Comissão de Licitações e de Cadastro de Fornecedores, Pregoeiro e Equipe de Apoio: Composição, Competência, Processamento e Responsabilidade dos Integrantes. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**15
3.**

TOROSSIAN, B. P.. Chamamento Público: Credenciamento para a Contratação de Serviços pelo Art. 25, da Lei de Licitações. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**15
4.**

TOROSSIAN, B. P.. LicitaCon: Sistema de Licitações e Contratos a partir da IN do TCE/RS nº 13, de 12-12-2017. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**15
5.**

PERIN, A. M. ; **TOROSSIAN, B. P.** ; OLIVEIRA, M. R. ; BRAGA, M. B. O. ; MAFFINI, R. C. ; SANTOS, V. M. . Fórum Rio-

grandense de Contratação e Gestão Pública Municipal. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

15
6.

TOROSSIAN, B. P.; OLIVEIRA, V. F. . A Aplicação do Processo Administrativo Especial na Administração Pública - PAE. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

15
7.

JANOVIK, A. M. ; **TOROSSIAN, B. P.** . Capacitação em Controle Interno - Módulo IV: Negócios Administrativos: Licitações, Contratos, Consórcios, Parcerias e Convênios.. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

15
8.

TOROSSIAN, B. P.. Licitação Pública - Módulo II (Contratação Direta: Dispensa e Inexigibilidade). 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

15
9.

TOROSSIAN, B. P.. Sistema de Registro de Preços. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

16
0.

TOROSSIAN, B. P.; LEHMEN, J. F. ; NORONHA, T. S. B. . Consórcios Públicos: Constituição, Execução e Prestação de Contas. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

16
1.

PERIN, A. M. ; **TOROSSIAN, B. P.** ; GAY, D. C. ; BRAGA, M. B. O. . Os 25 Anos da Lei de Licitações. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

16
2.

TOROSSIAN, B. P.; LANGE, G. B. . Comissão de Licitações e de Cadastro de Fornecedores, Pregoeiro e Equipe de Apoio: Composição, Competência, Processamento e Responsabilidade dos Integrantes. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

16
3.

TOROSSIAN, B. P.. Aspectos Jurídicos para a Contratação de Manutenção Veicular: Aquisição de Peças e Prestação de Serviços. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

16
4.

TOROSSIAN, B. P.. Transporte Escolar: Orientações Gerais, novas Normas de Trânsito, Procedimentos para a Contratação do Serviço e Elaboração da Planilha de Custos. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

16
5.

TOROSSIAN, B. P.. Aspectos Jurídicos para a Contratação de Manutenção Veicular: Aquisição de Peças e Prestação de Serviços. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

16
6.

TOROSSIAN, B. P.; LANGE, G. B. . Comissão de Licitações e de Cadastro de Fornecedores, Pregoeiro e Equipe de Apoio: Composição, Competência, Processamento e Responsabilidade dos Integrantes. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

16
7.

TOROSSIAN, B. P.; OLIVEIRA, V. F. . A Aplicação do Processo Administrativo Especial na Administração Pública - PAE. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

16
8.

TOROSSIAN, B. P.; LANGE, G. B. . Gestão de Diárias na Administração Pública: Apresentação de Regulamentação Adequada às Exigências dos Órgãos de Fiscalização e Instrução quanto a Procedimentos para Evitar Apontamentos e Ressarcimento de Valores. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

16
9.

TOROSSIAN, B. P.. LicitaCon: Sistema de Licitações e Contratos a partir da IN do TCE/RS nº 13/2017. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

17
0.

TOROSSIAN, B. P.. Aspectos Jurídicos para a Contratação de Manutenção Veicular: Aquisição de Peças e Prestação de Serviços. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

17
1.

TOROSSIAN, B. P.. Sistema de Registro de Preços. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

17
2.

TOROSSIAN, B. P.. Aspectos Jurídicos para a Contratação de Manutenção Veicular: Aquisição de Peças e Prestação de Serviços. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

17
3.

TOROSSIAN, B. P.. Chamamento Público: Credenciamento para a Contratação de Serviços pelo Art. 25, da Lei de Licitações. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

17
4.

TOROSSIAN, B. P.. Licitação Pública - Módulo II (Contratação Direta: Dispensa e Inexigibilidade). 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

17
5.

TOROSSIAN, B. P.. LicitaCon: Sistema de Licitações e Contratos a partir da IN do TCE/RS nº 13/2017. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

17
6.

TOROSSIAN, B. P.. Aspectos Jurídicos para a Contratação de Manutenção Veicular: Aquisição de Peças e Prestação de Serviços. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

17
7.

TOROSSIAN, B. P.. A Aplicação do Processo Administrativo Especial na Administração Pública - PAE. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

17
8.

TOROSSIAN, B. P.. Aspectos Relevantes às Licitações: Fases Interna e Externa. 2018. .

17
9.

TRONCO, A. Z. ; **TOROSSIAN, B. P.** ; OLIVEIRA, M. R. . Transporte Escolar: Orientações Gerais, Novas Normas de Trânsito, Procedimentos para a Contratação do Serviço e Elaboração da Planilha de Custos. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

18
0.

TOROSSIAN, B. P.; LANGE, G. B. . Gestão de Diárias na Administração Pública: Apresentação de Regulamentação Adequada às Exigências dos Órgãos de Fiscalização e Instrução quanto a Procedimentos para Evitar Apontamentos e Ressarcimento de Valores. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

18
1.

TOROSSIAN, B. P.; LANGE, G. B. . Qualificação de Pregoeiros e Equipes de Apoio, Comissão de Licitações e de Cadastro de Fornecedores: Composição, processamento e julgamento das licitações.. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

18
2.

TOROSSIAN, B. P.. Licitação Pública - Módulo II (Contratação Direta: Dispensa e Inexigibilidade). 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

18
3.

TOROSSIAN, B. P.; LANGE, G. B. . Qualificação para Pregoeiros e Equipes de Apoio, Comissão de Licitações e de Cadastro de Fornecedores: Composição, processamento e julgamento das licitações. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

18
4.

TOROSSIAN, B. P.; LANGE, G. B. . Comissão de Licitações e de Cadastro de Fornecedores, Pregoeiro e Equipe de Apoio: Composição, Competência e Responsabilidade dos Integrantes. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

18
5.

TOROSSIAN, B. P.; CASTANHO, S. P. . LicitaCon: Sistema de Licitações e Contratos do TCE/RS. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

18
6.

TOROSSIAN, B. P.. Sistema de Registro de Preços. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

18
7.

TOROSSIAN, B. P.; DIEDRICH, A. Z. T. . LicitaCon: Sistema de Licitações e Contratos do TCE/RS. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

18
8.

TOROSSIAN, B. P.; OLIVEIRA, V. F. . A Aplicação do Processo Administrativo Especial na Administração Pública - PAE. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

18
9.

TOROSSIAN, B. P.; NORONHA, T. S. B. . Curso sobre Chamamento Público: Credenciamento para a contratação de serviços pelo art. 25, da Lei de Licitações. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**19
0.**

TOROSSIAN, B. P.; FLORES, V. L. . Regularização Fundiária - Módulo I. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**19
1.**

TOROSSIAN, B. P.. Licitação Pública - Módulo II (Contratação Direta: Dispensa e Inexigibilidade). 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**19
2.**

TOROSSIAN, B. P.; FLORES, V. L. . Regularização Fundiária - Módulo I (Abordando a Nova Norma: Medida Provisória nº 759, de 22 de dezembro de 2016). 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**19
3.**

TOROSSIAN, B. P.; OLIVEIRA, V. F. . A Aplicação do Processo Administrativo Especial na Administração Pública - PAE. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**19
4.**

TOROSSIAN, B. P.; LEHMEN, J. F. . LicitaCon: Sistema de Licitações e Contratos do TCE/RS. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**19
5.**

TOROSSIAN, B. P.; FLORES, V. L. . Regularização Fundiária - Módulo I (Abordando a Nova Norma: Lei nº 13.465 de 11 de julho de 2017). 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**19
6.**

TOROSSIAN, B. P.. Sistema de Registro de Preços. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**19
7.**

TOROSSIAN, B. P.; JANOVIK, A. M. . Capacitação em Controle Interno - Módulo IV: Negócios Administrativos: Licitações, Contratos, Consórcios, Parcerias e Convênios.. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

19
8.

TOROSSIAN, B. P.; OLIVEIRA, V. F. . A Aplicação do Processo Administrativo Especial na Administração Pública - PAE. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

19
9.

TOROSSIAN, B. P.; LANGE, G. B. . Comissão de Licitações, Pregoeiro e Equipe de Apoio: Composição, Competência e Responsabilidade dos Integrantes. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

20
0.

TOROSSIAN, B. P.. Sistema de Registro de Preços em Santa Rosa/RS. 2017. .

20
1.

TOROSSIAN, B. P.. LicitaCon: Sistema de Licitações e Contratos do TCE/RS. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

20
2.

TOROSSIAN, B. P.. LicitaCon: Sistema de Licitações e Contratos do TCE/RS. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

20
3.

TOROSSIAN, B. P.; OLIVEIRA, V. F. . A Aplicação do Processo Administrativo Especial na Administração Pública. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

20
4.

TOROSSIAN, B. P.. Gestão de Contratos Administrativos. 2016. .

20
5.

TOROSSIAN, B. P. Gestão de Contratos Administrativos. 2016. .

20
6.

TOROSSIAN, B. P. LicitaCon: Sistema de Licitações e Contratos do TCE/RS. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

20
7.

TOROSSIAN, B. P. LicitaCon: Sistema de Licitações e Contratos do TCE/RS. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

20
8.

TOROSSIAN, B. P. Final de Mandato: Providências Relativas às Contratações Públicas. 2016. .

20
9.

TOROSSIAN, B. P. Final de Mandato: Providências Relativas às Contratações Públicas. 2016. .

21
0.

TOROSSIAN, B. P. Final de Mandato: Providências Relativas às Contratações Públicas. 2016. .

21
1.

TRONCO, A. Z. ; **TOROSSIAN, B. P.** . Gestão Democrática de Ensino e a Formação de Conselhos Escolares. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

21
2.

TOROSSIAN, B. P.; LANGE, G. B. . Qualificação de Pregoeiros e Equipes de Apoio, Comissão de Licitações e de Cadastro de

21
3.

TOROSSIAN, B. P. Licitação Pública - Módulo II (Contratação Direta; Dispensa e Inexigibilidade). 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

21
4.

TRONCO, A. Z. ; **TOROSSIAN, B. P.** . Gestão Democrática de Ensino e a Formação de Conselhos Escolares. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

21
5.

TOROSSIAN, B. P. LicitaCon: Sistema de Licitações e Contratos do TCE/RS. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

21
6.

TOROSSIAN, B. P. LicitaCon: Sistema de Licitações e Contratos do TCE/RS. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

21
7.

TOROSSIAN, B. P. LicitaCon: Sistema de Licitações e Contratos do TCE/RS. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

21
8.

TOROSSIAN, B. P. LicitaCon: Sistema de Licitações e Contratos do TCE/RS. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

21
9.

TOROSSIAN, B. P.; GAY, D. C. ; OLIVEIRA, M. R. . Controle Interno - Módulo V: Negócios Administrativos. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

22
0.

TOROSSIAN, B. P.; CASTANHO, S. P. . LicitaCon: Sistema de Licitações e Contratos do TCE/RS. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

22
1.

TRONCO, A. Z. ; **TOROSSIAN, B. P.** ; FEIJO, P. C. B. . A Implantação da Gestão Democrática do Ensino na Forma Disposta pelo PNE - Plano Nacional e a Formação de Conselhos Escolares. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

22
2.

TOROSSIAN, B. P.. Aspectos Gerais de Licitações. 2016. .

22
3.

TOROSSIAN, B. P.. LicitaCon - Sistema Informatizado de Licitações e Contratos do TCE/RS. 2016. .

22
4.

TOROSSIAN, B. P.. Licitação Pública - Módulo II (Contratação Direta: Dispensa e Inexigibilidade). 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

22
5.

TOROSSIAN, B. P.. Sistema de Registro de Preços - SRP. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

22
6.

TOROSSIAN, B. P.. Licitação Pública - Módulo II (Contratação Direta: Dispensa e Inexigibilidade). 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

22
7.

TOROSSIAN, B. P.; OLIVEIRA, V. F. . Licitação Pública - Módulo III (Execução de contratos). 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**22
8.**

OLIVEIRA, V. F. ; TRONCO, A. Z. ; **TOROSSIAN, B. P. ;** CASTANHO, S. P. . Concurso Público. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**22
9.**

OLIVEIRA, V. F. ; **TOROSSIAN, B. P. .** A Aplicação do Processo Administrativo Especial na Administração Pública. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**23
0.**

TOROSSIAN, B. P.; NORONHA, T. S. B. . Chamamento Público: Hipótese de Inexigibilidade de Licitação para a Contratação de Serviços pela Administração Municipal. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**23
1.**

TOROSSIAN, B. P.. Licitação Pública - Módulo II (Contratação Direta; Dispensa e Inexigibilidade). 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**23
2.**

TOROSSIAN, B. P.; KOVASKI, C. M. . Licitações Sustentáveis: Aquisição de Bens e Serviços de acordo com a Legislação Ambiental. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**23
3.**

TOROSSIAN, B. P.. Licitação Pública - Módulo II (Contratação Direta; Dispensa e Inexigibilidade). 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**23
4.**

TOROSSIAN, B. P.; NORONHA, T. S. B. . SISCOP - Sistema de Controle de Obras Públicas do Tribunal de Contas do Rio

23
5.

TOROSSIAN, B. P.; OLIVEIRA, V. F. . A Aplicação do Processo Administrativo Especial na Administração Pública. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

23
6.

TOROSSIAN, B. P. Licitação Pública - Módulo II (Contratação Direta: Dispensa e Inexigibilidade). 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

23
7.

TOROSSIAN, B. P.; NORONHA, T. S. B. . SISCOP - Sistema de Controle de Obras Públicas do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

23
8.

TOROSSIAN, B. P. Licitação Pública. 2015. .

23
9.

TOROSSIAN, B. P.. Sistema de Registro de Preços - Planejando as Contratações para 2016. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

24
0.

TOROSSIAN, B. P.; NORONHA, T. S. B. . Chamamento Público: Hipótese de inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços pela Administração Municipal. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

24
1.

TOROSSIAN, B. P. Fiscalização de Contratos. 2014. .

24
2.

TOROSSIAN, B. P.. Licitações e Contratos Administrativos. 2014. .

24
3.

TOROSSIAN, B. P.. Compras e Licitações (Fase Interna). 2014. .

24
4.

TOROSSIAN, B. P.. Controle dos Contratos Administrativos e das Licitações Públicas. 2014. .

24
5.

TOROSSIAN, B. P.. O Chamamento Público e o Sistema de Registro de Preços na Administração Municipal. 2014. .

24
6.

TOROSSIAN, B. P.. Sistema de Registro de Preços. 2014. .

24
7.

TOROSSIAN, B. P.; LANGE, G. B. . Comissão de Licitações, Pregoeiro e Equipe de Apoio: Processamento e Julgamento das Licitações. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

24
8.

TOROSSIAN, B. P.; KOVASKI, C. M. . Licitações Sustentáveis: Aquisição de Bens e Serviços de Acordo com a Legislação Ambiental. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

24
9.

TOROSSIAN, B. P.; OLIVEIRA, V. F. . A Aplicação do Processo Administrativo Especial na Administração Pública. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**25
0.**

TOROSSIAN, B. P.. Sistema de Registro de Preços - SRP. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**25
1.**

TOROSSIAN, B. P.. Chamamento Público: Credenciamento para a Contratação de Serviços pela Administração Municipal. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**25
2.**

TOROSSIAN, B. P.; OLIVEIRA, V. F. . A Aplicação do Processo Administrativo Especial na Administração Pública. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**25
3.**

TOROSSIAN, B. P.; LANGE, G. B. . Comissão de Licitações, Pregoeiro e Equipe de Apoio: Processamento e Julgamento das Licitações. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**25
4.**

TOROSSIAN, B. P.; OLIVEIRA, V. F. . Licitação Pública - Módulo III (Execução de contratos). 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**25
5.**

TOROSSIAN, B. P.. Chamamento Público: Credenciamento para a Contratação de Serviços pela Administração Municipal. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

**25
6.**

TOROSSIAN, B. P.. Sistema de Registro de Preços. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

25
7.

TOROSSIAN, B. P.; LANGE, G. B. . Comissão de Licitações, Pregoeiro e Equipe de Apoio: Processamento e Julgamento das Licitações. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

25
8.

TOROSSIAN, B. P.. Comissão de Licitações e Pregoeiros. 2013. .

25
9.

TOROSSIAN, B. P.. Sistema de Registro de Preços. 2013. .

26
0.

TOROSSIAN, B. P.; LANGE, G. B. ; AVILA, M. M. . Comissão de Licitações, Pregoeiro e Equipe de Apoio: Processamento e Julgamento das Licitações. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

26
1.

TOROSSIAN, B. P.; LANGE, G. B. ; AVILA, M. M. . Comissão de Licitações, Pregoeiro e Equipe de Apoio: Processamento e Julgamento das Licitações. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

26
2.

TOROSSIAN, B. P.; AVILA, M. M. . Comissão de Licitações, Pregoeiro e Equipe de Apoio: Processamento e Julgamento das Licitações. 2013. .

26
3.

TOROSSIAN, B. P.; LANGE, G. B. . Comissão de Licitações, Pregoeiro e Equipe de Apoio: Processamento e Julgamento das Licitações. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

26
4.

TOROSSIAN, B. P.. Chamamento Público: Credenciamento para a Contratação de Serviços. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

26
5.

TOROSSIAN, B. P.; LANGE, G. B. ; AVILA, M. M. . Cadastro de Fornecedores: Ferramenta Obrigatória para os Municípios Segundo a Lei nº 8.666/1993. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

26
6.

TOROSSIAN, B. P.; GAY, D. C. . Sistema de Registro de Preços. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

26
7.

TOROSSIAN, B. P.. Chamamento Público: Credenciamento para a Contratação de Serviços. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

26
8.

TOROSSIAN, B. P.; KOVASKI, C. M. . Licitações Sustentáveis: Aquisição de Bens e Serviços de Acordo com a Legislação Ambiental. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

II Encontro de Licitações e Contratos Administrativos. 2012. (Encontro).

2.

Dia Mais Cidadania: A Billings Vive Com Você. 2009. (Oficina).

3.

XII Congresso de Iniciação e Produção Científica. 2009. (Congresso).

4.

XI Seminário de Extensão da Metodista. 2009. (Seminário).

5.

Aula Magna Ética e Cidadania. 2008. (Seminário).

6.

I Encontro FAENAC Aborto: uma visão multidisciplinar. 2008. (Encontro).

7.

O Controle de Constitucionalidade. 2008. (Seminário).

8.

Seminário Sobre as Carreiras Jurídicas. 2008. (Seminário).

9.

V Semana Jurídica da Metodista. 2007. (Encontro).

10.

X Congresso de Iniciação e Produção Científica. 2007. (Congresso).

11.

8º Seminário de Extensão da Universidade Metodista de São Paulo. 2006. (Seminário).

12.

9º Congresso de Iniciação e Produção Científica. 2006. (Congresso).

13.

IV Semana Jurídica da Metodista. 2006. (Encontro).

14.

7º Seminário de Extensão da Universidade Metodista de São Paulo. 2005. (Seminário).

15.

8º Congresso de Iniciação e Produção Científica. 2005. (Congresso).

16.

III Semana Jurídica da Metodista. 2005. (Encontro).

Outras informações relevantes

Os cursos de capacitação e formação técnica realizados pela DPM Educação são reconhecidos pela FEMA - Faculdades Integradas Machado de Assis, instituição de ensino superior autorizada e recredenciada pela Portaria Ministerial nº 734/2016.

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 26/09/2025 às 10:02:27

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.

[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.021.017/0001-77 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 17/12/2010	
NOME EMPRESARIAL DPM EDUCACAO LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 58.21-2-00 - Edição integrada à impressão de livros 68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios 64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV PERNANBUCO		NÚMERO 1001	COMPLEMENTO *****
CEP 90.240-004	BAIRRO/DISTRITO NAVEGANTES	MUNICÍPIO PORTO ALEGRE	UF RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO DULCE@DPMEDUCACAO.COM.BR		TELEFONE (51) 9661-2022	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 17/12/2010	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **23/09/2025** às **15:28:30** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: DPM EDUCACAO LTDA
CNPJ: 13.021.017/0001-77

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:45:09 do dia 10/09/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/03/2026.

Código de controle da certidão: **6F93.49D6.1374.4AAA**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL

Nome: **DPM EDUCACAO LTDA**

CNPJ base: **13.021.017/**

Obs.: A presente certidão é válida para toda a empresa, representada pelo CNPJ base composto pelos 8 primeiros dígitos. Todos os estabelecimentos da empresa foram avaliados na pesquisa de regularidade fiscal.

Certificamos que, aos **23 dias do mês de SETEMBRO do ano de 2025**, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular do CNPJ base acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão **NÃO** comprova a quitação:

- a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual - Lei nº 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 21/11/2025.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP nº 45/98, Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em
<https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx>
com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: **37291419**
Autenticação: **47684014**





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: DPM EDUCACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 13.021.017/0001-77

Certidão nº: 56201617/2025

Expedição: 23/09/2025, às 15:31:33

Validade: 22/03/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **DPM EDUCACAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **13.021.017/0001-77**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



IDENTIFICAÇÃO

Nº INSCRIÇÃO	CNPJ	SITUAÇÃO CADASTRAL
536.657.2.4	13.021.017/0001-77	Ativa
CONSTITUIÇÃO	INSCRIÇÃO	ÚLTIMA ALTERAÇÃO
17/12/2010	29/12/2010	29/08/2025
NOME / NOME EMPRESARIAL		
DPM EDUCACAO LTDA		
NOME ALTERNATIVO / NOME DE FANTASIA		

CONTATO

ENDEREÇO			
Avenida Pernambuco, 1001			
BAIRRO	CEP	CIDADE	UF
Navegantes	90240-004	Porto Alegre	RS
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
SOCIETARIO@EZACONTABILIDADE.COM.BR		5136351365	

ATIVIDADE ECONÔMICA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA	TIPO DE ATIVIDADE ECONÔMICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada	Atividade Empresarial-CNAE
CÓDIGO E DESCRICAO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL	
8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	
CÓDIGO E DESCRICAO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS - TIPO DE TRIBUTAÇÃO - FORMA DE TRIBUTAÇÃO	
1811-3/02 - Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas - Receita Bruta - Receita Bruta	
6462-0/00 - Holdings de instituições não financeiras - Receita Bruta - Receita Bruta	
6463-8/00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings - Não Incidência - Não Incidência	
6810-2/02 - Aluguel de imóveis próprios - Não Incidência - Não Incidência	
8230-0/01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas - Receita Bruta - Receita Bruta	
8599-6/99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente - Receita Bruta - Receita Bruta	

TRIBUTAÇÃO

ENQUADRAMENTOS EM REGIMES ESPECIAIS - ISENÇÕES
--



PREFEITURA DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Comprovante de inscrição no cadastro de ISSQN

Emitido na Internet, em 23/09/2025 às 15:34:11

ATENÇÃO

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC no Portal da Receita Federal.
A autenticidade do documento pode ser conferida no sítio da Secretaria Municipal da Fazenda
(<http://www.portoalegre.rs.gov.br/smf>), informando a inscrição **536.657.2.4** e o código de autenticação
649E03E1373C.



[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 13.021.017/0001-77
Razão Social: DPM EDUCACAO LTDA
Endereço: AV PERNAMBUCO 1001 / NAVEGANTES / PORTO ALEGRE / RS / 90240-004

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/09/2025 a 19/10/2025

Certificação Número: 2025092003071817145872

Informação obtida em 23/09/2025 15:30:57

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PREFEITURA DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO GERAL NEGATIVA DE DÉBITOS

Esta certidão é válida até: **23/10/2025**

Nome: DPM EDUCACAO LTDA

CNPJ: 13.021.017/0001-77

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar quaisquer créditos que vierem a ser apurados, é certificado que, para o contribuinte acima especificado não constam débitos vencidos, lançados até 19 de setembro de 2025.

Certidão emitida em 23/09/2025 às 15:32:26, conforme Decreto 14.560 e Instruções Normativas SMF 04/2003 e 07/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada no sítio da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.portoalegre.rs.gov.br/smf>), informando **CNPJ: 13.021.017/0001-77** e o código de autenticidade **D010DEDE346E**

O presente documento não certifica inexistência de débitos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza declarados pelo contribuinte no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. Caso o contribuinte seja ou tenha sido optante pelo Simples Nacional nos últimos 5 (cinco) anos, a presente certidão deverá ser complementada por Certidão de Situação Fiscal fornecida pela Receita Federal do Brasil.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

DPM Educação LTDA CNPJ: 13021017000177

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrição

Contribuinte: 22202 - DPM Educação LTDA

Endereço: Rua Pernambuco, 1001 - Bairro NAVEGANTES - CEP 90.240-001

Código de Controle

CWIURKRA4UYJZAW1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

São Jerônimo (RS), 23 de Setembro de 2025



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 23/09/2025 16:25:55

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **DPM EDUCACAO LTDA**
CNPJ: **13.021.017/0001-77**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão Negativa Correccional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **DPM EDUCACAO LTDA**

CPF/CNPJ: **13.021.017/0001-77**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os [Sistemas ePAD e CGU-PJ](#) consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 16:26:26 do dia 23/09/2025 , com validade até o dia 23/10/2025.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: Lp7eQytkSC1DZaIRlVTZ

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO III DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

DPM EDUCAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 13.021.017/0001-77, com sede na Avenida Pernambuco, 1001, Bairro Navegantes, Porto Alegre/RS, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República de 1988.

Porto Alegre, 23 de setembro de 2025.

DPM EDUCACAO
LTDA:130210170
00177

Assinado de forma digital
por DPM EDUCACAO
LTDA:13021017000177
Dados: 2025.09.23
16:04:45 -03'00'

DPM Educação